

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.  
CNPJ 01.704.513/0001–46



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relatório dos auditores e dos atuários independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

**1. Conjuntura econômica:** Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injeção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alavancando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando mais consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de 2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas. As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

2. Principais informações financeiras:

| (R\$ milhões)                                | 2017         | 2016        | Δ         |
|--|--------------|-------------|-----------|
| Prêmios emitidos                             | 415,0        | 389,0       | 6,7%      |
| Prêmios ganhos                               | 444,7        | 417,8       | 6,4%      |
| Sinistros ocorridos                          | (213,1)      | (162,1)     | -31,4%    |
| Receitas de contribuições e prêmios de VGBL  | 82,4         | 47,4        | 73,9%     |
| Variações de outras provisões técnicas       | (108,1)      | (59,9)      | -80,4%    |
| Resultado financeiro                         | 50,5         | 61,9        | -18,4%    |
| Resultado antes dos impostos e participações | 1,0          | 35,8        | -97,3%    |
| <b>Lucro/prejuízo líquido</b>                | <b>(2,6)</b> | <b>18,5</b> | <b>NA</b> |

**3. Comentário sobre o desempenho:** No ano de 2017, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$415,0 milhões, aumento de 6,7% em relação à receita obtida no ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$213,1 milhões, 31,4% acima do registrado em 2016. As receitas de contribuições e prêmios de VGBL totalizaram R\$82,4 milhões, representando crescimento de 73,9% frente a 2016. Neste mesmo período, o resultado financeiro alcançou R\$50,5 milhões, 18,4% abaixo do ano anterior. Em 2017, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$2,6 milhões.

4. Distribuição do resultado:

| Descrição   | 2017         | 2016        |
|---|--------------|-------------|
| <b>Lucro antes dos impostos e participações</b>                               | <b>1,0</b>   | <b>35,8</b> |
| ( - ) Impostos e contribuições  | (0,6)        | (14,8)      |
| ( - ) Participações   | (3,0)        | (2,4)       |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>   | <b>(2,6)</b> | <b>18,5</b> |
| ( - ) Constituição da reserva legal (5%)                                      | -            | (0,9)       |
| <b>Lucro líquido ajustado</b>   | <b>(2,6)</b> | <b>17,6</b> |
| <b>Dividendos obrigatórios</b>  |              |             |
| 25% do Lucro líquido ajustado   | -            | 4,4         |
| ( - ) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios | -            | 4,4         |
| <b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>                            | -            | -           |
| <b>Absorção do prejuízo pela reserva estatutária</b>                          | <b>(2,6)</b> | -           |
| <b>Destinação:</b>  |              |             |
| Constituição de reserva estatutária   | -            | 13,2        |

**5. Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria “mantidos até o vencimento” para os quais possua intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento. **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018. **A ADMINISTRAÇÃO.**

| Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016<br>(em milhares de reais) |            |                  |                  |  |             |                  |                  |
|--|------------|------------------|------------------|--|-------------|------------------|------------------|
|  | Notas      | 2017             | 2016             |  | Notas       | 2017             | 2016             |
| <b>Ativo</b>   |            |                  |                  | <b>Passivo</b>   |             |                  |                  |
| <b>Ativo circulante</b>  |            | <b>6.360.747</b> | <b>6.301.396</b> | <b>Passivo circulante</b>                                |             | <b>1.622.788</b> | <b>1.673.227</b> |
| Disponível   | –          | 11.845           | 6.417            | Contas a pagar   | –           | 24.745           | 42.050           |
| Caixa e bancos   | –          | 11.845           | 6.417            | Obrigações a pagar                                       | 11.1        | 6.275            | 25.246           |
| Aplicações   | 6          | 6.210.456        | 6.145.808        | Impostos e encargos sociais a recolher                   | –           | 5.329            | 5.921            |
| <b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>                           | <b>–</b>   | <b>89.861</b>    | <b>98.956</b>    | Encargos trabalhistas                                    | –           | 2.291            | 1.957            |
| Prêmios a receber  | 7          | 81.316           | 89.012           | Impostos e contribuições                                 | –           | 616              | 893              |
| Operações com seguradoras  | –          | 3.211            | 7.460            | Outras contas a pagar                                    | 11.2        | 10.234           | 8.033            |
| Operações com resseguradoras   | 8.1        | 5.334            | 2.484            | <b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>     | <b>–</b>    | <b>47.002</b>    | <b>50.373</b>    |
| <b>Créditos das operações com previdência complementar</b>                       | <b>–</b>   | <b>388</b>       | <b>40</b>        | Prêmios a restituir                                      | –           | 252              | 59               |
| Créditos de resseguro  | –          | 349              | 40               | Operações com seguradoras                                | –           | 1.602            | 1.778            |
| Valores a Receber  | –          | 39               | –                | Operações com resseguradoras                             | 8.1         | 7.297            | 8.564            |
| <b>Outros créditos operacionais</b>  | <b>–</b>   | <b>1.772</b>     | <b>1.663</b>     | Corretores de seguros e resseguros                       | 12          | 17.141           | 16.811           |
| <b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>   | <b>8.2</b> | <b>3.063</b>     | <b>3.128</b>     | Outros débitos operacionais                              | –           | 20.710           | 23.161           |
| Títulos e créditos a receber   | –          | 15.901           | 14.147           | <b>Débitos de operações com previdência complementar</b> | <b>–</b>    | <b>7.447</b>     | <b>5.052</b>     |
| Títulos e créditos a receber   | –          | 9.736            | 7.562            | Débitos de resseguros                                    | –           | 331              | 152              |
| Créditos tributários e previdenciários   | 9.1        | 3.858            | 4.125            | Outros débitos operacionais                              | –           | 7.116            | 4.900            |
| Outros créditos  | 16.1       | 2.307            | 2.460            | <b>Depósitos de terceiros</b>                            | <b>13</b>   | <b>13.833</b>    | <b>9.119</b>     |
| <b>Outros valores e bens</b>   | <b>–</b>   | <b>5</b>         | <b>–</b>         | <b>Provisões técnicas - seguros</b>                      | <b>–</b>    | <b>627.412</b>   | <b>637.700</b>   |
| Bens a venda   | –          | 5                | –                | Danos  | 14.1        | 2.117            | 2.137            |
| <b>Despesas antecipadas</b>  | <b>–</b>   | <b>985</b>       | <b>1.308</b>     | <b>Pessoas</b>   | <b>14.1</b> | <b>160.776</b>   | <b>151.899</b>   |
| <b>Custos de aquisição diferidos</b>   | <b>10</b>  | <b>26.471</b>    | <b>29.929</b>    | <b>Vida individual</b>                                   | <b>14.1</b> | <b>50.364</b>    | <b>61.055</b>    |
| Seguros  | –          | 23.021           | 25.773           | <b>Vida com cobertura de sobrevivência</b>               | <b>14.1</b> | <b>414.155</b>   | <b>422.609</b>   |
| Previdência  | –          | 3.450            | 4.156            | <b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>     | <b>14.2</b> | <b>890.705</b>   | <b>916.207</b>   |
| <b>Ativo não circulante</b>  | <b>–</b>   | <b>730.688</b>   | <b>671.496</b>   | Planos não bloqueados                                    | –           | 323.894          | 386.025          |
| <b>Realizável a longo prazo</b>  | <b>–</b>   | <b>727.696</b>   | <b>667.619</b>   | <b>PGBL/PRGP</b>   | <b>–</b>    | <b>566.811</b>   | <b>530.182</b>   |
| <b>Aplicações</b>  | <b>6</b>   | <b>377.052</b>   | <b>323.090</b>   | <b>Outros débitos</b>                                    | <b>–</b>    | <b>11.644</b>    | <b>12.726</b>    |
| <b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>                           | <b>–</b>   | <b>1.999</b>     | <b>1.987</b>     | Provisões judiciais                                      | 17.2        | 11.525           | 12.607           |
| Prêmios a receber  | 7          | 375              | 676              | Débitos diversos   | –           | 119              | 119              |
| Operações com resseguradoras   | 8.1        | 1.624            | 1.311            | <b>Passivo não circulante</b>                            | <b>–</b>    | <b>5.188.770</b> | <b>4.992.933</b> |
| <b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>   | <b>8.2</b> | <b>2.503</b>     | <b>2.816</b>     | Contas a pagar   | –           | 61.179           | 57.379           |
| <b>Títulos e créditos a receber</b>  | <b>–</b>   | <b>332.941</b>   | <b>325.016</b>   | Obrigações a pagar                                       | 11.1        | 61.117           | 57.317           |
| Créditos tributários e previdenciários   | 9.1        | 109.090          | 113.368          | Outras contas a pagar                                    | 11.2        | 62               | 62               |
| Depósitos judiciais e fiscais  | 17.1       | 223.851          | 211.648          | <b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>     | <b>–</b>    | <b>92</b>        | <b>124</b>       |
| <b>Custos de aquisição diferidos</b>   | <b>10</b>  | <b>13.201</b>    | <b>14.710</b>    | Corretores de seguros e resseguros                       | 12          | 92               | 124              |
| Seguros  | –          | 9.999            | 11.477           | <b>Provisões técnicas - seguros</b>                      | <b>–</b>    | <b>1.827.269</b> | <b>1.828.380</b> |
| Previdência  | –          | 3.202            | 3.233            | <b>Pessoas</b>   | <b>14.1</b> | <b>154.921</b>   | <b>149.880</b>   |
| <b>Imobilizado</b>   | <b>–</b>   | <b>780</b>       | <b>1.134</b>     | <b>Vida individual</b>                                   | <b>14.1</b> | <b>5.282</b>     | <b>6.326</b>     |
| Imóveis de uso próprio   | –          | 394              | 477              | <b>Vida com cobertura de sobrevivência</b>               | <b>14.1</b> | <b>1.667.066</b> | <b>1.672.174</b> |
| Bens móveis  | –          | 144              | 240              | <b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>     | <b>14.2</b> | <b>3.154.375</b> | <b>2.961.937</b> |
| Outras imobilizações   | –          | 242              | 417              | Planos não bloqueados                                    | –           | 888.913          | 878.228          |
| <b>Intangível</b>  | <b>–</b>   | <b>2.212</b>     | <b>2.743</b>     | <b>PGBL/PRGP</b>   | <b>–</b>    | <b>2.265.462</b> | <b>2.083.709</b> |
| Outros intangíveis   | –          | 2.212            | 2.743            | <b>Outros débitos</b>                                    | <b>–</b>    | <b>145.855</b>   | <b>145.113</b>   |
| <b>Total do ativo</b>  |            | <b>7.091.435</b> | <b>6.972.892</b> | Provisões judiciais                                      | 17.2        | 145.541          | 144.681          |
|  |            |                  |                  | Débitos diversos   | –           | 314              | 432              |
|  |            |                  |                  | <b>Patrimônio líquido</b>                                | <b>–</b>    | <b>279.877</b>   | <b>306.732</b>   |
|  |            |                  |                  | Capital social   | 18.1        | 227.551          | 227.551          |
|  |            |                  |                  | Reservas de lucros                                       | –           | 54.278           | 86.909           |
|  |            |                  |                  | Ajustes de avaliação patrimonial                         | –           | (1.952)          | (7.728)          |
|  |            |                  |                  | <b>Total do passivo</b>                                  |             | <b>7.091.435</b> | <b>6.972.892</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

| Descrição  | Re-            |                         | Total das reservas | Ajustes de títulos e valores mobiliários | Lucros (Prejuízos) acumulados | Total            |
|--|----------------|-------------------------|--------------------|--|-------------------------------|------------------|
|  | Capital social | serva legal estatutária | Reserva de lucros  | de títulos e valores mobiliários         | acumulados                    |                  |
| <b>Saldos em 01/01/2016</b>  | <b>227.551</b> | <b>15.774</b>           | <b>82.603</b>      | <b>98.377</b>                            | <b>(13.809)</b>               | <b>– 312.119</b> |
| Dividendos intermediários - R\$0,67 (em reais) por ação conforme RCAs em 21/06/2016 e 10/08/2016 | –              | –                       | (20.000)           | (20.000)                                 | –                             | – (20.000)       |
| Dividendos intermediários - R\$0,34 (em reais) por ação conforme RCA em 29/09/2016               | –              | –                       | (10.000)           | (10.000)                                 | –                             | – (10.000)       |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>  | <b>–</b>       | <b>–</b>                | <b>–</b>           | <b>–</b>                                 | <b>– 18.532</b>               | <b>18.532</b>    |
| <b>Proposta de destinação do lucro:</b>  |                |                         |                    |  |                               |                  |
| Reserva Legal  | –              | 927                     | –                  | 927                                      | – (927)                       | –                |
| Reserva Estatutária  | –              | –                       | 13.204             | 13.204                                   | – (13.204)                    | –                |
| <b>Dividendos</b>  |                |                         |                    |  |                               |                  |
| Dividendos obrigatórios propostos  | –              | –                       | 4.401              | 4.401                                    | – (4.401)                     | –                |
| <b>Títulos e valores mobiliários</b>   | <b>–</b>       | <b>–</b>                | <b>–</b>           | <b>–</b>                                 | <b>6.081</b>                  | <b>– 6.081</b>   |
| <b>Saldos em 31/12/2016</b>  | <b>227.551</b> | <b>16.701</b>           | <b>70.208</b>      | <b>86.909</b>                            | <b>(7.728)</b>                | <b>– 306.732</b> |
| <b>Saldos em 01/01/2017</b>  | <b>227.551</b> | <b>16.701</b>           | <b>70.208</b>      | <b>86.909</b>                            | <b>(7.728)</b>                | <b>– 306.732</b> |
| Dividendos intermediários - R\$1,01 (em reais) por ação conforme RCA em 29/08/2017               | –              | –                       | (30.000)           | (30.000)                                 | –                             | – (30.000)       |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>  | <b>–</b>       | <b>–</b>                | <b>–</b>           | <b>–</b>                                 | <b>– (2.631)</b>              | <b>(2.631)</b>   |
| Compensação de prejuízos com reserva estatutaria   | –              | –                       | (2.631)            | (2.631)                                  | – 2.631                       | –                |
| <b>Títulos e valores mobiliários</b>   | <b>–</b>       | <b>–</b>                | <b>–</b>           | <b>–</b>                                 | <b>5.776</b>                  | <b>– 5.776</b>   |
| <b>Saldos em 31/12/2017</b>  | <b>227.551</b> | <b>16.701</b>           | <b>37.577</b>      | <b>54.278</b>                            | <b>(1.952)</b>                | <b>– 279.877</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

|  | Notas       | 2017             | 2016             |
|--|-------------|------------------|------------------|
| Prêmios emitidos   | –           | 415.032          | 389.037          |
| Contribuição para cobertura de riscos                    | –           | 19.947           | 19.902           |
| Variações das provisões técnicas de prêmios              | –           | 9.713            | 8.837            |
| <b>Prêmios ganhos</b>                                    | <b>19.1</b> | <b>444.692</b>   | <b>417.776</b>   |
| Sinistros ocorridos                                      | 19.2        | (213.092)        | (162.109)        |
| <b>Custos de aquisição</b>                               | <b>19.3</b> | <b>(119.432)</b> | <b>(111.951)</b> |
| Outras receitas e despesas operacionais                  | 19.4        | (36.566)         | (53.896)         |
| <b>Resultado com operações de resseguro</b>              | <b>19.5</b> | <b>1.543</b>     | <b>(7.006)</b>   |
| Receita com resseguro                                    | –           | 11.582           | 4.277            |
| Despesa com resseguro                                    | –           | (10.039)         | (11.283)         |
| <b>Rendas de contribuições e prêmios</b>                 | <b>19.6</b> | <b>525.683</b>   | <b>523.671</b>   |
| <b>Constituição da provisão de benefícios a conceder</b> | <b>19.6</b> | <b>(443.274)</b> | <b>(476.285)</b> |
| <b>Receitas de contribuições e prêmios de VGBL</b>       | <b>19.6</b> | <b>82.409</b>    | <b>47.386</b>    |
| <b>Rendas com taxas de gestão e outras taxas</b>         | <b>–</b>    | <b>46.183</b>    | <b>42.901</b>    |
| Variações de outras provisões técnicas                   | –           | (108.053)        | (59.903)         |
| <b>Custos de aquisição</b>                               | <b>–</b>    | <b>(22.608)</b>  | <b>(22.614)</b>  |
| Outras receitas e despesas operacionais                  | –           | 223              | (304)            |
| <b>Resultado com operações de resseguro</b>              | <b>19.5</b> | <b>(419)</b>     | <b>(335)</b>     |
| Despesa com resseguro                                    | –           | (419)            | (335)            |
| <b>Despesas administrativas</b>                          | <b>19.7</b> | <b>(109.506)</b> | <b>(99.841)</b>  |
| Despesas com tributos                                    | –           | (15.017)         | (16.220)         |
| <b>Resultado financeiro</b>                              | <b>19.8</b> | <b>50.466</b>    | <b>61.857</b>    |
| <b>Resultado patrimonial</b>                             | <b>–</b>    | <b>118</b>       | <b>39</b>        |
| <b>Resultado operacional</b>                             | <b>–</b>    | <b>941</b>       | <b>35.780</b>    |
| Ganhos e perdas com ativos não correntes                 | –           | 14               | –                |
| <b>Resultado antes dos impostos e participações</b>      | <b>–</b>    | <b>955</b>       | <b>35.780</b>    |
| Imposto de renda   | 19.9        | (178)            | (7.583)          |
| Contribuição social                                      | 19.9        | (426)            | (7.216)          |
| Participações sobre o resultado                          | –           | (2.982)          | (2.449)          |
| <b>Lucro/prejuízo líquido do exercício</b>               | <b>–</b>    | <b>(2.631)</b>   | <b>18.532</b>    |
| Quantidade de ações                                      |             | 29.630.262       | 29.630.262       |
| <b>Lucro/prejuízo líquido por ação em R\$</b>            | <b>–</b>    | <b>(0,09)</b>    | <b>0,63</b>      |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(em milhares de reais)

| Descrição  | 2017            | 2016            |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>Atividades operacionais</b>   |                 |                 |
| <b>Lucro/prejuízo líquido do exercício</b>                             | <b>(2.631)</b>  | <b>18.532</b>   |
| <b>Ajustes para:</b>   |                 |                 |
| Depreciação e amortizações   | 859             | 1.065           |
| Perda na alienação de imobilizado e intangível                         | (2)             | –               |
| Outros ajustes   | 2.250           | 3.180           |
| <b>Variação nas contas patrimoniais:</b>                               |                 |                 |
| Ativos financeiros   | (108.868)       | (772.956)       |
| Créditos das operações de seguros e resseguros                         | 8.974           | (3.001)         |
| Créditos das operações de previdência complementar                     | (348)           | 86              |
| Ativos de resseguro  | 378             | 733             |
| Créditos fiscais e previdenciários                                     | 732             | 4.588           |
| Depósitos judiciais e fiscais  | (161)           | (3.187)         |
| Despesas antecipadas   | 323             | 23              |
| Custos de aquisição diferidos  | 4.886           | 7.525           |
| Outros ativos  | (2.035)         | 1.482           |
| Outras contas a pagar  | 8.324           | 19.885          |
| Débitos de operações com seguros e resseguros                          | (3.403)         | 17.618          |
| Débitos de operações com previdência complementar                      | 2.395           | (5.997)         |
| Depósitos de terceiros   | 4.714           | (39)            |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros                              | (11.399)        | 357.985         |
| Provisões técnicas - previdência complementar                          | 166.936         | 383.154         |
| Provisões judiciais  | (14.510)        | (2.389)         |
| <b>Caixa gerado/(consumido) pelas operações</b>                        |                 |                 |
| Imposto sobre o lucro pago   | (2.033)         | (15.277)        |
| <b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>                | <b>55.381</b>   | <b>13.010</b>   |
| <b>Atividades de investimento</b>                                      |                 |                 |
| <b>Recebimento pela venda:</b>   |                 |                 |
| Imobilizado  | 52              | –               |
| <b>Pagamento pela compra:</b>  |                 |                 |
| Intangível   | (5)             | (1.412)         |
| <b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento</b> | <b>47</b>       | <b>(1.412)</b>  |
| <b>Atividades de financiamento</b>                                     |                 |                 |
| Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio             | (50.000)        | (10.000)        |
| <b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>         | <b>(50.000)</b> | <b>(10.000)</b> |
| <b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>                | <b>5.428</b>    | <b>1.598</b>    |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>            | <b>6.417</b>    | <b>4.819</b>    |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>             | <b>11.845</b>   |                 |



|  |   |
|--|---|
| continuação  | Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.   CNPJ 01.704.513/0001-46 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016<br>(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)   |   |
| <p><b>1. Contexto operacional:</b> A SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que tem como acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA, SAUDE) que detêm 100% de participação. A Sul América S.A. (SASA) controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 28/02/2018, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras:</b> <b>2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018. <b>2.2. Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). <b>2.3. Moeda funcional e de apresentação:</b> Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. <b>3. Principais práticas contábeis:</b> As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. <b>3.1. Resumo das práticas contábeis:</b> As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: <b>3.1.1. Apuração do resultado:</b> O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros e coberturas de risco de previdência reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros, relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • Contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes dos referidos planos estão refletidos mediante constituição de provisões técnicas em contrapartida no resultado do período; • Comissões de seguro e agenciamentos de seguros, registrados como custos de aquisição diferidos amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses) exceto os agenciamentos referentes aos produtos de previdência que são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados na carteira (40 meses). Comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica “Custos de aquisição diferidos” no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do período na rubrica “Custos de aquisição”; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente aloáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente aloáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). <b>3.1.2. Balanço patrimonial:</b> • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. <b>3.2. Instrumentos financeiros:</b> Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: <b>3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:</b> <b>Títulos e valores mobiliários:</b> Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. <b>Derivativos:</b> São classificados no ativo circulante em “Títulos e créditos a receber” ou no passivo circulante em “Outras contas a pagar”. <b>3.2.2. Disponíveis para a venda:</b> Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. <b>3.2.3. Mantidos até o vencimento:</b> Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. <b>3.2.4. Empréstimos e recebíveis:</b> Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. <b>3.3. Depósitos judiciais e fiscais:</b> Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. <b>3.4. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):</b> Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. <b>Ativos não financeiros:</b> Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. <b>3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:</b> As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 8 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. <b>3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência:</b> As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: <b>3.6.1. Provisões para Prêmios Não Ganhos (PPNG):</b> Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. <b>3.6.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):</b> Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. <b>3.6.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):</b> <b>Processos administrativos:</b> A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Incurred But Not Reported - IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.4. <b>Processos judiciais:</b> As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas - seguros” no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e</p> |   |
| <p>juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. <b>3.6.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):</b> <b>Processos administrativos:</b> A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e beneficiários de risco de previdência complementar, é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento é apurado por montante de sinistros, sendo observado um histórico de 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização, a IBNR é calculada por um percentual de atraso médio entre a ocorrência e o aviso dos sinistros. Para os beneficiários de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada de acordo com critérios estabelecidos pela SUSEP. <b>Processos judiciais:</b> A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurador ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. <b>3.6.5. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC):</b> A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar, seguros de vida com cobertura por sobrevivência e de seguros de vida individual no regime de capitalização, abrangendo os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tabela de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria. <b>3.6.6. Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBG):</b> A PMBG é relativa aos contratos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. É calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa de juros dos contratos para a data-base das demonstrações financeiras e estimada a partir das garantias contratadas de tabela de mortalidade. <b>3.6.7. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):</b> A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR cobre despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. O cálculo da PDR consiste em projetar o fluxo de pagamentos esperados, descontado para a data-base das demonstrações financeiras, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tabela de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNG. <b>3.7. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):</b> A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras são segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco prefixada. Para os contratos de previdência, utiliza-se a tabela BR-EMS para a estimativa realista de sobrevivência e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de 3 anos de experiência da Companhia. Os fluxos dos passivos levam em consideração a tabela e a taxa de juros contratada pelo participante. Os produtos avaliados no LAT possuem tabelas contratuais AT-49, AT-83, AT 2000 e BR-EMS, e as taxas de juros contratadas podem variar de 0% a 6% para os produtos tradicionais e 0% a 5% para os produtos Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Os fluxos de caixa referentes à PMBAC e PMBG relacionados a contribuições registradas, são descontados a valor presente com base na ETTJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento (as taxas contratadas dos ativos garantidores referentes às provisões matemáticas de previdência variam de 7,59% a 8,68%). Destacamos ainda que eventuais déficits na PMBAC e na PMBG não são compensados. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente ao resultado do LAT relacionado com a PMBG é de R\$57.861 (R\$41.854 em 2016). Para alguns contratos de seguro de vida com a figura de estipulante e sem reenquadramento de prêmios por faixa etária atingida, os fluxos de caixa dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros são descontados a valor presente com base na ETTJ livre de risco. O cálculo resulta em constituição de PCC. Em 31/12/2017, o saldo da PCC é de R\$61.233 (R\$54.186 em 2016). Para as demais operações de seguros também é realizado o teste de adequação de passivos, que aponta a adequação das provisões, e portanto não há necessidade de constituição da PCC. <b>3.8. Provisões para ações judiciais:</b> A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. <b>3.8.1. Cíveis e trabalhistas:</b> No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante em rubrica própria e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. <b>3.8.2. Fiscais:</b> As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais” no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. <b>3.9. Benefícios pós-emprego:</b> Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do PGBL, Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. <b>3.10. Incentivo</b></p>  |   |
| <p><b>em ações:</b> A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 15.2). <b>3.11. Dividendos:</b> Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. <b>3.12. Contratos de seguro:</b> O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. <b>3.13. Estimativas:</b> A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 9.3); • Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 10); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 14); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 17). <b>3.14. Ativos e passivos sem vencimento:</b> A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como “Depósitos de terceiros”, devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. <b>3.15. Normas e interpretações novas e revisadas:</b> <b>3.15.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):</b> <b>Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras:</b> A seguir estão apresentadas às normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores. • Modificação aos IAS 7 / CPC 3 (R2) - Inclusão da necessidade de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa; • Modificações aos IAS 12 / CPC 32 - Alteração no reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS) - Modificação aos IFRS 12 / CPC 45 - Necessidade das divulgações requeridas pelos IFRS 12 / CPC 45 para investimentos em outras entidades, no caso de investimentos em entidades mantidas para venda ou distribuição conforme definições dos IFRS 5 / CPC 31. <b>Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:</b> Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11); • IFRS 16 / CPC 6 (R2) - Arrendamento mercantil - Em vigor a partir de 01/01/2019; e • IFRS 17 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2021. A SUSEP ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados e está aguardando o posicionamento formal do órgão regulador. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 - 2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 - Receita de contratos de clientes - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) - Em vigor a partir de 01/01/2019; • Alterações ao CPC 36 Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; • ICP 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiamento - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda - Em vigor a partir de 01/01/2018; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 - 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização - Em vigor a partir de 01/01/2019. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. <b>4. Gestão de riscos:</b> O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management - ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • <b>Identificação dos riscos:</b> Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • <b>Quantificação dos riscos:</b> Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • <b>Resposta aos riscos:</b> De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • <b>Monitoramento e reporte:</b> As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitoradas e gerenciadas através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de</p>   |   |



Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

defesa), retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos os quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

**4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios na região Sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2017, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios emitidos de R\$434.979 (R\$408.939 em 2016). A tabela a seguir apresenta a distribuição regional destas receitas:

[illegible]

(a) Refere-se aos ramos conforme elencados na Circular SUSEP nº 395 de 2 de dezembro de 2009, que representam 19,21% (16,5% em 2016) do total de prêmios da Companhia; e (b) Refere-se aos ramos de seguro de vida individual e auxílio funeral. 4.2. **Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Os produtos de Vida e Previdência têm seus riscos de precificação e provisão associados às expectativas de mortalidade/sobrevivência dos participantes dos planos no momento da contratação. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. 4.2.1. **Risco de precificação:** Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, desde processo, as áreas atuária, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos e inspeções detalhadas na subscrição das apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Pessoas:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de pessoas, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

|   | Com efeito de resseguro      |                         | Sem efeito de resseguro      |                         |
|---|------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|
|   | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos |
| <b>Premissas</b>                            |                              |                         |                              |                         |
| Aumento de 5% na sinistralidade             | (9.953)                      | (5.474)                 | (10.590)                     | (5.824)                 |
| Aumento de 5% nas despesas administrativas  | (2.921)                      | (1.606)                 | (2.921)                      | (1.606)                 |
| Aumento de 5% nos custos de comercialização | (7.058)                      | (3.882)                 | (7.058)                      | (3.882)                 |
| Redução de 5% na sinistralidade             | 9.953                        | 5.474                   | 10.590                       | 5.824                   |
| Redução de 5% nas despesas administrativas  | 2.921                        | 1.606                   | 2.921                        | 1.606                   |
| Redução de 5% nos custos de comercialização | 7.058                        | 3.882                   | 7.058                        | 3.882                   |

|   | 2016                         |                         |                              |                         |
|---|------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|
|   | Com efeito de resseguro      |                         | Sem efeito de resseguro      |                         |
| Premissas                                   | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos |
| Aumento de 5% na sinistralidade             | (7.919)                      | (4.355)                 | (8.435)                      | (4.639)                 |
| Aumento de 5% nas despesas administrativas  | (3.484)                      | (1.916)                 | (3.484)                      | (1.916)                 |
| Aumento de 5% nos custos de comercialização | (6.400)                      | (3.520)                 | (6.400)                      | (3.520)                 |
| Redução de 5% na sinistralidade             | 7.919                        | 4.355                   | 8.435                        | 4.639                   |
| Redução de 5% nas despesas administrativas  | 3.484                        | 1.916                   | 3.484                        | 1.916                   |
| Redução de 5% nos custos de comercialização | 6.400                        | 3.520                   | 6.400                        | 3.520                   |

Choques de 5% micionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **Análise de sensibilidade em Previdência:** Diferente da análise de sensibilidade em pessoas, para os negócios de previdência a análise reflete o impacto nos fluxos dos passivos esperados e modificados de acordo com as premissas destacadas nas tabelas abaixo:

|  |                              | 2017                    |
|--|------------------------------|-------------------------|
| Premissas                                  | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos |
| Aumento de 5% nas despesas administrativas | (1.130)                      | (622)                   |
| Aumento de 5% no resgate                   | 245                          | 135                     |
| Aumento de 5% na mortalidade               | 8.113                        | 4.462                   |
| Aumento de 5% no cancelamento              | 54                           | 30                      |
| Aumento de 5% na taxa de juros             | 11.793                       | 6.486                   |
| Redução de 5% nas despesas administrativas | 1.130                        | 622                     |
| Redução de 5% no resgate                   | (246)                        | (135)                   |
| Redução de 5% na mortalidade               | (8.489)                      | (4.669)                 |
| Redução de 5% no cancelamento              | (54)                         | (29)                    |
| Redução de 5% na taxa de juros             | (12.260)                     | (6.743)                 |

|  |                              | 2016                    |
|--|------------------------------|-------------------------|
| Premissas                                  | Resultado antes dos impostos | Resultado após impostos |
| Aumento de 5% nas despesas administrativas | (1.096)                      | (603)                   |
| Aumento de 5% no resgate                   | 222                          | 122                     |
| Aumento de 5% na mortalidade               | 7.377                        | 4.058                   |
| Aumento de 5% no cancelamento              | 55                           | 30                      |
| Aumento de 5% na taxa de juros             | 12.378                       | 6.808                   |
| Redução de 5% nas despesas administrativas | 1.096                        | 603                     |
| Redução de 5% no resgate                   | (223)                        | (122)                   |
| Redução de 5% na mortalidade               | (7.714)                      | (4.243)                 |
| Redução de 5% no cancelamento              | (39)                         | (22)                    |
| Redução de 5% na taxa de juros             | (12.895)                     | (7.092)                 |

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior.

**2.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos; comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para a gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar:

- Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões;
- e Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é apresentada na tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos em relação à respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

**Administrativo:**

| Ano   | 2008   | 2009   | 2010   | 2011   | 2012   | 2013   | 2014   | 2015   | 2016   | 2017   |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Provisão de sinistros contabilizada               | 89,86  | 95,12  | 96,57  | 99,37  | 103,27 | 106,35 | 96,20  | 90,43  | 84,93  | 91,21  |
| Efeito do desconto financeiro                     | (6,60) | (6,66) | (6,94) | (5,93) | (4,72) | (4,37) | (3,77) | (3,78) | (4,63) | (3,45) |
| Provisão de sinistros sem desconto financeiro     | 96,46  | 101,78 | 103,51 | 105,30 | 107,99 | 110,72 | 99,97  | 94,21  | 89,56  | 94,65  |
| Estimativa de sinistros acumulada:                |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| No final do ano                                   | 96,46  | 101,78 | 103,51 | 105,30 | 107,99 | 110,72 | 99,97  | 94,21  | 89,56  | 94,65  |
| Um ano depois                                     | 107,56 | 101,22 | 103,57 | 118,39 | 141,50 | 105,50 | 90,69  | 90,49  | 86,17  | —      |
| Dois anos depois                                  | 107,46 | 94,83  | 102,81 | 130,21 | 145,50 | 107,11 | 93,70  | 85,74  | —      | —      |
| Três anos depois                                  | 102,33 | 92,11  | 109,64 | 131,99 | 148,75 | 108,55 | 89,57  | —      | —      | —      |
| Quatro anos depois                                | 101,33 | 96,92  | 110,59 | 134,42 | 150,27 | 105,45 | —      | —      | —      | —      |
| Cinco anos depois                                 | 105,61 | 97,02  | 113,03 | 135,85 | 147,50 | —      | —      | —      | —      | —      |
| Seis anos depois                                  | 106,06 | 98,77  | 114,32 | 133,58 | —      | —      | —      | —      | —      | —      |
| Sete anos depois                                  | 107,05 | 100,00 | 112,50 | —      | —      | —      | —      | —      | —      | —      |
| Oito anos depois                                  | 108,19 | 98,76  | —      | —      | —      | —      | —      | —      | —      | —      |
| Nove anos depois                                  | 107,35 | —      | —      | —      | —      | —      | —      | —      | —      | —      |
| Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2017 | 107,35 | 98,76  | 112,50 | 133,58 | 147,50 | 105,45 | 89,57  | 85,74  | 86,17  | 94,65  |
| Pagamentos já realizados até 31/12/2017           | 106,80 | 97,58  | 110,21 | 130,03 | 142,60 | 99,04  | 81,58  | 74,01  | 62,51  | —      |
| Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2017    | 0,55   | 1,18   | 2,29   | 3,55   | 4,90   | 6,41   | 7,99   | 11,73  | 23,66  | 94,65  |

a evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2017, R\$2,2 milhões (R\$1,7 milhões em 2016) de ULAE, R\$0,2 milhões (R\$0,6 milhões em 2016) de sinistros de vida individual em regime de capitalização, R\$2,1 milhões (R\$2,1 milhões em 2016) de retrocessão e R\$1,3 milhões (R\$1,2 milhões em 2016) de provisões de sinistros relacionadas à previdência. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela acima. **Judicial** – A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros citados com relação à respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

| Ano   | 2008   | 2009   | 2010   | 2011   | 2012   | 2013   | 2014   | 2015   | 2016   | R\$ milhões | 2017 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|------|
| Provisão de sinistros contabilizada               | 152,83 | 124,96 | 138,83 | 106,48 | 94,36  | 108,95 | 102,72 | 102,87 | 118,55 | 119,99      |      |
| Provisão de sinistros sem desconto financeiro     | 152,83 | 124,96 | 138,83 | 106,48 | 94,36  | 108,95 | 102,72 | 102,87 | 118,55 | 119,99      |      |
| Estimativa de sinistros acumulada:                |        |        |        |        |        |        |        |        |        |             |      |
| No final do ano                                   | 152,83 | 124,96 | 138,83 | 106,48 | 94,36  | 108,95 | 102,72 | 102,87 | 118,55 | 119,99      |      |
| Um ano depois                                     | 126,74 | 143,73 | 121,40 | 98,57  | 105,48 | 107,53 | 113,40 | 123,86 | 134,45 | –           |      |
| Dois anos depois                                  | 151,72 | 131,27 | 116,18 | 109,68 | 104,80 | 112,28 | 135,76 | 139,54 | –      | –           |      |
| Três anos depois                                  | 139,77 | 125,69 | 122,29 | 107,27 | 111,10 | 136,03 | 149,04 | –      | –      | –           |      |
| Quatro anos depois                                | 132,99 | 134,47 | 120,01 | 115,92 | 131,53 | 148,37 | –      | –      | –      | –           |      |
| Cinco anos depois                                 | 136,91 | 130,22 | 127,30 | 131,84 | 141,35 | –      | –      | –      | –      | –           |      |
| Seis anos depois                                  | 133,11 | 134,35 | 136,89 | 138,63 | –      | –      | –      | –      | –      | –           |      |
| Sete anos depois                                  | 139,32 | 143,72 | 144,52 | –      | –      | –      | –      | –      | –      | –           |      |
| Oito anos depois                                  | 148,18 | 149,94 | –      | –      | –      | –      | –      | –      | –      | –           |      |
| Nove anos depois                                  | 153,18 | –      | –      | –      | –      | –      | –      | –      | –      | –           |      |
| Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2017 | 153,18 | 149,94 | 144,52 | 138,63 | 141,35 | 148,37 | 149,04 | 139,54 | 134,45 | 119,99      |      |
| Pagamentos já realizados até 31/12/2017           | 125,39 | 122,02 | 112,05 | 95,04  | 92,27  | 89,40  | 77,40  | 54,38  | 28,83  | –           |      |
| Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2017    | 27,79  | 27,92  | 32,47  | 43,59  | 49,08  | 58,97  | 71,64  | 85,16  | 105,62 | 119,99      |      |

a evolução de sinistros judiciais representa entre os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não consideramos, em 31/12/2017, R\$30,6 milhões (R\$27,6 milhões em 2016) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras.

**4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deva contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite ao risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e Stress test podem ser observados na nota 6.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2017 e 2016:

**Alocação dos investimentos por indexador (a):**

| <b>Indexador</b> | <b>2017</b>      | <b>2016</b>      |
|------------------|------------------|------------------|
| SELIC/CDI        | 244.550          | 290.229          |
| IGPM             | 1.138.429        | 1.204.462        |
| IPCA             | 231.108          | 217.502          |
| Pré-fixado       | 61.183           | 54.014           |
| Ações            | 17               | 15               |
| Outros           | 1.879            | 503              |
| <b>Total</b>     | <b>1.677.166</b> | <b>1.766.725</b> |

a) Os valores referentes às operações de planos PGBL e VGBL na fase de acumulação de benefícios no montante de R\$4,9 bilhões (R\$4,7 bilhões em 2016) não figuram na tabela tendo em vista que o risco de mercado correspondente a estes investimentos são dos participantes. Também não foi considerado o montante de R\$26,4 milhões em 2017 (R\$19,0 milhões em 2016) referente aos planos de PGBL e VGBL em fase de concessão de benefícios. O risco de mercado correspondente a esta parcela foi considerado material. **4.3.1. Exposição residual:** A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, com o objetivo de otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para mitigar o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição residual ao risco, de renda variável e inflação.

| Exposição ao risco de renda variável e inflação | 2017   | 2016   |
|---|--------|--------|
| Renda variável (a)                              | 17     | 15     |
| Indexados a inflação (a)                        | 95.394 | 92.696 |

a) Os valores referentes às operações dos planos PGBL e VGBL não figuram na tabela, pois não apresentam risco de mercado. A sensibilidade do risco residual no resultado calculada através da metodologia Value at Risk (VaR), foi de R\$81 (R\$266 em 2016). **4.3.2. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre os fluxos de pagamentos e recebimentos. A política de investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2017 e 2016, exceto os relacionados às operações dos planos PGBL e VGBL.

| 201                               |                |            |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |        |                |
|-----------------------------------|----------------|------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|----------------|------------------|------------------|--------|----------------|
|                                   |                |            | Mais de 01 ano e até 02 anos | Mais de 02 anos e até 05 anos | Mais de 05 anos e até 10 anos | Mais de 10 anos | Valor de custo | Valor de mercado | Ganho ou (perda) | Outras | Valor contábil |
| Descrição                         | Sem vencimento | Até 01 ano |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |        |                |
| Instrumentos Financeiros          |                |            |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |        |                |
| Aplicações Financeiras            | 42.497         | 68.169     | 10.043                       | 605.608                       | 26.116                        | 928.018         | 1.680.451      | 1.879.031        | 198.580          | –      | 1.677.16       |
| Valor justo por meio do resultado | 42.401         | 36.738     | –                            | 37.211                        | 4.074                         | –               | 120.424        | 120.436          | 12               | –      | 120.43         |
| Disponível para venda             | 96             | 31.431     | 10.043                       | 288.476                       | 21.921                        | 13.678          | 365.645        | 362.348          | (3.297)          | –      | 362.34         |
| Mantido até o vencimento          | –              | –          | –                            | 279.921                       | 121                           | 914.340         | 1.194.382      | 1.396.247        | 201.865          | –      | 1.194.38       |
| Prêmios a receber (a)             | –              | 72.300     | –                            | –                             | –                             | –               | 72.300         | –                | –                | –      | 72.30          |
| Seguros e resseguros              |                |            |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |        |                |
| Provisões técnicas                | –              | 535.083    | 59.029                       | 191.733                       | 291.675                       | 451.606         | –              | –                | –                | 55.285 | 1.584.41       |
| Ativos de resseguros              | –              | 3.063      | 66                           | 952                           | 1.014                         | 471             | –              | –                | –                | –      | 5.56           |
| Passivos                          |                |            |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |        |                |
| Seguros                           | –              | 216.824    | 12.384                       | 56.898                        | 59.341                        | 31.581          | –              | –                | –                | –      | 377.02         |
| Previdência (b)                   | –              | 321.322    | 46.711                       | 135.787                       | 233.348                       | 420.496         | –              | –                | –                | 55.285 | 1.212.94       |

|                                   |                |                | Mais de 01 ano e até 02 anos | Mais de 02 anos e até 05 anos | Mais de 05 anos e até 10 anos | Mais de 10 anos | Valor de custo | Valor de mercado | Ganho ou (perda) | Outras       | Valor contábil  |
|-----------------------------------|----------------|----------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|----------------|------------------|------------------|--------------|-----------------|
| Descrição                         | Sem vencimento | Até 01 ano     |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |              |                 |
| <b>Instrumentos Financeiros</b>   |                |                |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |              |                 |
| <b>Aplicações Financeiras</b>     | 17.414         | 135.262        | 92.250                       | 494.010                       | 154.084                       | 886.856         | 1.779.876      | 1.909.541        | 129.665          | –            | 1.766.72        |
| Valor justo por meio do resultado | 17.302         | 15.456         | 52.361                       | 60.936                        | 1.534                         | –               | 147.589        | 147.493          | (96)             | –            | 147.49          |
| Disponível para venda             | 112            | 13.505         | 39.889                       | 156.924                       | 152.432                       | 13.370          | 376.232        | 363.177          | (13.055)         | –            | 363.17          |
| Mantido até o vencimento          | –              | 106.301        | –                            | 276.150                       | 118                           | 873.486         | 1.256.055      | 1.398.871        | 142.816          | –            | 1.256.05        |
| <b>Prêmios a receber (a)</b>      | –              | <b>72.464</b>  | –                            | –                             | –                             | –               | <b>72.464</b>  | –                | –                | –            | <b>72.46</b>    |
| <b>Seguros e resseguros</b>       |                |                |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |              |                 |
| <b>Provisões técnicas</b>         | –              | <b>602.185</b> | <b>68.728</b>                | <b>360.663</b>                | <b>284.545</b>                | <b>312.365</b>  | –              | –                | –                | <b>8.224</b> | <b>1.636.71</b> |
| Ativos de resseguros              | –              | 3.128          | 93                           | 861                           | 1.289                         | 573             | –              | –                | –                | –            | 5.94            |
| Passivos                          |                |                |                              |                               |                               |                 |                |                  |                  |              |                 |
| Seguros                           | –              | 250.614        | 16.741                       | 53.718                        | 62.079                        | 23.668          | –              | –                | –                | –            | 406.82          |
| Previdência (b)                   | –              | 354.699        | 52.080                       | 307.806                       | 223.755                       | 289.270         | –              | –                | –                | 8.224        | 1.235.83        |

a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. Para fins de comparabilidade, ajustamos a tabela de 2016; e

b) A coluna "Outras" é composta principalmente, pelos seguintes itens: R\$55.285 de outras provisões técnicas em 2017 (R\$8.224 em 2016). A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda possuem liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente. **4.4.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2017 99,65% (99,61% em 2016) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

| Descrição                           | 2017             | 2016             |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Renda fixa pública "risco soberano" | 1.671.255        | 1.759.919        |
| AA+ até AA-                         | 4.202            | 3.898            |
| Outros                              | 1.709            | 2.908            |
| <b>Total</b>                        | <b>1.677.166</b> | <b>1.766.725</b> |

Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica aprovada pelo Comitê de Riscos e monitorada pela Área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece um fluxo efetivo para a contratação, baseada em aprovações finais do CoR. Como exigências, a política engloba critérios de habilitação dos corretores, definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco. Eventuais colocações que não sigam estas exigências devem ser aprovadas diretamente pelo CoR.

| Ramos          | 2017          | 2016          |
|----------------|---------------|---------------|
| Vida em grupo  | 8.917         | 6.006         |
| Pessoas demais | 3.577         | 8.194         |
| <b>Total</b>   | <b>12.494</b> | <b>14.200</b> |

| Classe   | Categoria de risco | 2017          |                | 2018          |                |
|----------|--------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|          |                    | Exposição     | %              | Exposição     | %              |
| Local    | Level 1            | 2.606         | 20,86%         | —             | 0,00%          |
| Local    | Level 2            | 4.908         | 39,28%         | 4.797         | 33,78%         |
| Local    | Level 3            | 971           | 7,77%          | —             | 0,00%          |
| Local    | Level 4            | —             | 0,00%          | 3.756         | 26,45%         |
| Admitida | Level 1            | 4.009         | 32,09%         | 5.647         | 39,77%         |
|          |                    | <b>12.494</b> | <b>100,00%</b> | <b>14.200</b> | <b>100,00%</b> |

continua



continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001–46

A análise demonstrada acima reflete que o total da exposição ao risco de crédito com resseguro não sofreu alterações significativas em relação à 31/12/2016. Apesar disso, a distribuição desta exposição sofreu modificações devido a adequações realizadas na metodologia de alocação dos resseguradores nas classes internas. Level 1 refere-se a categoria com o menor grau de risco e Level 5 a categoria com maior grau de risco.**Ressegurador local:** Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2017, adicionalmente aos valores informados na tabela anterior, há R\$3.328 (R\$3.054 em 2016) em exposição com resseguradores, referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito “possível” destas ações judiciais, não são contabilizados conforme orientação normativa. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2017 e 2016, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2017 e 2016.

| Descrição  | 2017           | 2016           |
|--|----------------|----------------|
| <b>Patrimônio líquido contábil</b>   | <b>279.877</b> | <b>306.732</b> |
| <b>Deduções:</b>   |                |                |
| Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro  | (985)          | (1.308)        |
| Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social | (44.513)       | (39.294)       |
| Ativos intangíveis   | (2.212)        | (2.743)        |
| <b>Ajustes econômicos</b>  | <b>116.554</b> | <b>62.495</b>  |
| <b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>   | <b>348.721</b> | <b>325.882</b> |
| <b>Capital base (b)</b>  | <b>15.000</b>  | <b>15.000</b>  |
| <b>Capital de risco (c)</b>  | <b>284.159</b> | <b>270.120</b> |
| <b>Capital de risco de subscrição (d)</b>  | <b>200.450</b> | <b>220.360</b> |
| <b>Capital de risco operacional (e)</b>  | <b>5.207</b>   | <b>5.081</b>   |
| <b>Capital de risco de crédito (f)</b>   | <b>26.251</b>  | <b>25.348</b>  |
| <b>Capital de risco de mercado (g)</b>   | <b>130.127</b> | <b>77.252</b>  |
| <b>CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)</b>   | <b>284.159</b> | <b>270.120</b> |
| <b>Suficiência de capital - RS(i) = (a) - (h)</b>  | <b>64.562</b>  | <b>55.762</b>  |
| <b>Suficiência de capital - %(j) = (i) / (a)</b>   | <b>18,51%</b>  | <b>17,11%</b>  |

A partir de 31/12/2016 o cálculo da suficiência de capital engloba as alterações introduzidas pela resolução CNSP 343 de 26/12/2016, onde as principais modificações foram a inclusão dos ajustes econômicos no cálculo do patrimônio líquido ajustado e o capital de risco de mercado no cálculo do CMR. Em 31/12/2017, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$150.319 (R\$200.047 em 2016) que correspondem a 52,90% (74,06% em 2016) do

capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP 321/2015. **5. Instrumentos financeiros derivativos:** Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, tem por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a Companhia também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Bovespa e dólar, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Em 31/12/2017 e 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos somente nos fundos de investimentos de PGBL e VGBL, os quais estão classificados no nível 1, como demonstrado a seguir:

| Descrição                    | Vencimento | Valor de referência (nocial) |           | Valor justo |           | Valor a receber/recebido |      | Valor a pagar/pago |      |
|------------------------------|------------|------------------------------|-----------|-------------|-----------|--------------------------|------|--------------------|------|
|                              |            | 2017                         | 2016      | 2017        | 2016      | 2017                     | 2016 | 2017               | 2016 |
| <b>Contratos futuros:</b>    |            |                              |           |             |           |                          |      |                    |      |
| <b>Compromisso de compra</b> |            |                              |           |             |           |                          |      |                    |      |
| Taxa de juros em reais       | 2018/2027  | 4.698.600                    | 4.204.000 | 3.877.825   | 3.274.477 | 56                       | 6    | 3.453              | 534  |
| Moeda estrangeira            | 2018       | 387                          | —         | 387         | —         | —                        | —    | —                  | —    |
| Índices                      | 2017/2026  | 507.967                      | 7.025     | 489.022     | 7.025     | 311                      | 57   | —                  | —    |
| <b>Compromisso de venda</b>  |            |                              |           |             |           |                          |      |                    |      |
| Taxa de juros em reais       | 2018/2027  | 1.637.400                    | 1.429.000 | 975.575     | 1.333.388 | 3.290                    | 31   | —                  | 8    |
| Moeda estrangeira            | 2018       | 1.395                        | —         | 1.395       | —         | 2                        | —    | —                  | —    |
| Índices                      | 2018/2024  | 710.600                      | 78.366    | 574.561     | 56.067    | 2                        | 1    | 686                | 256  |

**5.1. Critérios de determinação do valor justo:** O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). **5.2. Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2017 e 2016, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas nos fundos de PGBL e de VGBL são compostas conforme demonstradas a seguir:

| Ativo | Vencimento    | Quantidade | 2017 | Valor |
|-------|---------------|------------|------|-------|
| LFT   | Março/2018    | 875        | 8    | 1.122 |
| LFT   | Setembro/2018 | 108        | 1    | 1.002 |
| LFT   | Março/2019    | 270        | 2    | 5.05  |
| LFT   | Março/2020    | 490        | 4    | 5.42  |
| LFT   | Setembro/2020 | 110        | 1    | 1.019 |
| LFT   | Março/2021    | 1.150      | 10   | 6.52  |
| LFT   | Setembro/2021 | 80         | 7    | 741   |
| LFT   | Março/2022    | 300        | 2    | 7.76  |
| LFT   | Setembro/2022 | 54         | 5    | 500   |
| LFT   | Março/2023    | 50         | 4    | 462   |
| LTN   | Julho/2020    | 243.365    | 195  | 128   |
| NTN-B | Agosto/2022   | 515        | 1    | 661   |
| NTN-B | Maior/2045    | 100        | 3    | 315   |
| NTN-F | Janeiro/2027  | 1.800      | 1    | 778   |
| Total |               | 249.267    | 231  | 2.03  |

| Ativo | Vencimento    | Quantidade | 2016 | Valor |
|-------|---------------|------------|------|-------|
| LFT   | Março/2018    | 825        | 6    | 959   |
| LFT   | Março/2019    | 560        | 4    | 720   |
| LFT   | Setembro/2017 | 40         | 3    | 338   |
| LFT   | Setembro/2018 | 281        | 2    | 370   |
| LFT   | Março/2020    | 1.075      | 9    | 054   |
| LFT   | Setembro/2020 | 1.000      | 8    | 419   |
| LFT   | Março/2021    | 1.100      | 9    | 257   |
| LFT   | Setembro/2021 | 80         | 6    | 73    |
| LFT   | Março/2022    | 300        | 2    | 523   |
| LFT   | Setembro/2022 | 36         | 3    | 303   |
| LTN   | Julho/2020    | 209.100    | 141  | 118   |
| NTN-B | Agosto/2022   | 400        | 1    | 193   |
| NTN-B | Maior/2035    | 60         | 1    | 78    |
| NTN-F | Janeiro/2027  | 1.000      | 9    | 20    |
| Total |               | 215.857    | 188  | 025   |

LFT: Letras Financeiras do Tesouro; LTN: Letras do Tesouro Nacional; NTN-B: Notas do Tesouro Nacional - série B; e NTN-F: Notas do Tesouro Nacional - série F. A análise de sensibilidade não se faz necessária, uma vez que o risco dos contratos de derivativos existentes nos fundos de investimentos de PGBL e VGBL é dos participantes.

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001–46

A análise demonstrada acima reflete que o total da exposição ao risco de crédito com resseguro não sofreu alterações significativas em relação à 31/12/2016. Apesar disso, a distribuição desta exposição sofreu modificações devido a adequações realizadas na metodologia de alocação dos resseguradores nas classes internas. Level 1 refere-se a categoria com o menor grau de risco e Level 5 a categoria com maior grau de risco.**Ressegurador local:** Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2017, adicionalmente aos valores informados na tabela anterior, há R\$3.328 (R\$3.054 em 2016) em exposição com resseguradores, referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito “possível” destas ações judiciais, não são contabilizados conforme orientação normativa. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2017 e 2016, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2017 e 2016.

| Descrição  | 2017           | 2016           |
|--|----------------|----------------|
| <b>Patrimônio líquido contábil</b>   | <b>279.877</b> | <b>306.732</b> |
| <b>Deduções:</b>   |                |                |
| Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro  | (985)          | (1.308)        |
| Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social | (44.513)       | (39.294)       |
| Ativos intangíveis   | (2.212)        | (2.743)        |
| <b>Ajustes econômicos</b>  | <b>116.554</b> | <b>62.495</b>  |
| <b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>   | <b>348.721</b> | <b>325.882</b> |
| <b>Capital base (b)</b>  | <b>15.000</b>  | <b>15.000</b>  |
| <b>Capital de risco (c)</b>  | <b>284.159</b> | <b>270.120</b> |
| <b>Capital de risco de subscrição (d)</b>  | <b>200.450</b> | <b>220.360</b> |
| <b>Capital de risco operacional (e)</b>  | <b>5.207</b>   | <b>5.081</b>   |
| <b>Capital de risco de crédito (f)</b>   | <b>26.251</b>  | <b>25.348</b>  |
| <b>Capital de risco de mercado (g)</b>   | <b>130.127</b> | <b>77.252</b>  |
| <b>CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)</b>   | <b>284.159</b> | <b>270.120</b> |
| <b>Suficiência de capital - RS(i) = (a) - (h)</b>  | <b>64.562</b>  | <b>55.762</b>  |
| <b>Suficiência de capital - %(j) = (i) / (a)</b>   | <b>18,51%</b>  | <b>17,11%</b>  |

A partir de 31/12/2016 o cálculo da suficiência de capital engloba as alterações introduzidas pela resolução CNSP 343 de 26/12/2016, onde as principais modificações foram a inclusão dos ajustes econômicos no cálculo do patrimônio líquido ajustado e o capital de risco de mercado no cálculo do CMR. Em 31/12/2017, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$150.319 (R\$200.047 em 2016) que correspondem a 52,90% (74,06% em 2016) do

capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP 321/2015. **5. Instrumentos financeiros derivativos:** Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, tem por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a Companhia também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Bovespa e dólar, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Em 31/12/2017 e 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos somente nos fundos de investimentos de PGBL e VGBL, os quais estão classificados no nível 1, como demonstrado a seguir:

| Descrição                    | Vencimento | Valor de referência (nocial) |           | Valor justo |           | Valor a receber/recebido |      | Valor a pagar/pago |      |
|------------------------------|------------|------------------------------|-----------|-------------|-----------|--------------------------|------|--------------------|------|
|                              |            | 2017                         | 2016      | 2017        | 2016      | 2017                     | 2016 | 2017               | 2016 |
| <b>Contratos futuros:</b>    |            |                              |           |             |           |                          |      |                    |      |
| <b>Compromisso de compra</b> |            |                              |           |             |           |                          |      |                    |      |
| Taxa de juros em reais       | 2018/2027  | 4.698.600                    | 4.204.000 | 3.877.825   | 3.274.477 | 56                       | 6    | 3.453              | 534  |
| Moeda estrangeira            | 2018       | 387                          | —         | 387         | —         | —                        | —    | —                  | —    |
| Índices                      | 2017/2026  | 507.967                      | 7.025     | 489.022     | 7.025     | 311                      | 57   | —                  | —    |
| <b>Compromisso de venda</b>  |            |                              |           |             |           |                          |      |                    |      |
| Taxa de juros em reais       | 2018/2027  | 1.637.400                    | 1.429.000 | 975.575     | 1.333.388 | 3.290                    | 31   | —                  | 8    |
| Moeda estrangeira            | 2018       | 1.395                        | —         | 1.395       | —         | 2                        | —    | —                  | —    |
| Índices                      | 2018/2024  | 710.600                      | 78.366    | 574.561     | 56.067    | 2                        | 1    | 686                | 256  |

**5.1. Critérios de determinação do valor justo:** O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). **5.2. Margens dadas em garantia:** Em 31/12/2017 e 2016, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidas nos fundos de PGBL e de VGBL são compostas conforme demonstradas a seguir:

| Ativo | Vencimento    | Quantidade | 2017 | Valor |
|-------|---------------|------------|------|-------|
| LFT   | Março/2018    | 875        | 8    | 1.122 |
| LFT   | Setembro/2018 | 108        | 1    | 1.002 |
| LFT   | Março/2019    | 270        | 2    | 5.05  |
| LFT   | Março/2020    | 490        | 4    | 5.42  |
| LFT   | Setembro/2020 | 110        | 1    | 1.019 |
| LFT   | Março/2021    | 1.150      | 10   | 6.52  |
| LFT   | Setembro/2021 | 80         | 7    | 741   |
| LFT   | Março/2022    | 300        | 2    | 7.76  |
| LFT   | Setembro/2022 | 54         | 5    | 500   |
| LFT   | Março/2023    | 50         | 4    | 462   |
| LTN   | Julho/2020    | 243.365    | 195  | 128   |
| NTN-B | Agosto/2022   | 515        | 1    | 661   |
| NTN-B | Maior/2045    | 100        | 3    | 315   |
| NTN-F | Janeiro/2027  | 1.800      | 1    | 778   |
| Total |               | 249.267    | 231  | 2.03  |

| Ativo | Vencimento    | Quantidade | 2016 | Valor |
|-------|---------------|------------|------|-------|
| LFT   | Março/2018    | 825        | 6    | 959   |
| LFT   | Março/2019    | 560        | 4    | 720   |
| LFT   | Setembro/2017 | 40         | 3    | 338   |
| LFT   | Setembro/2018 | 281        | 2    | 370   |
| LFT   | Março/2020    | 1.075      | 9    | 054   |
| LFT   | Setembro/2020 | 1.000      | 8    | 419   |
| LFT   | Março/2021    | 1.100      | 9    | 257   |
| LFT   | Setembro/2021 | 80         | 6    | 73    |
| LFT   | Março/2022    | 300        | 2    | 523   |
| LFT   | Setembro/2022 | 36         | 3    | 303   |
| LTN   | Julho/2020    | 209.100    | 141  | 118   |
| NTN-B | Agosto/2022   | 400        | 1    | 193   |
| NTN-B | Maior/2035    | 60         | 1    | 78    |
| NTN-F | Janeiro/2027  | 1.000      | 9    | 20    |
| Total |               | 215.857    | 188  | 025   |

LFT: Letras Financeiras do Tesouro; LTN: Letras do Tesouro Nacional; NTN-B: Notas do Tesouro Nacional - série B; e NTN-F: Notas do Tesouro Nacional - série F. A análise de sensibilidade não se faz necessária, uma vez que o risco dos contratos de derivativos existentes nos fundos de investimentos de PGBL e VGBL é dos participantes.

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001–46

A análise demonstrada acima reflete que o total da exposição ao risco de crédito com resseguro não sofreu alterações significativas em relação à 31/12/2016. Apesar disso, a distribuição desta exposição sofreu modificações devido a adequações realizadas na metodologia de alocação dos resseguradores nas classes internas. Level 1 refere-se a categoria com o menor grau de risco e Level 5 a categoria com maior grau de risco.**Ressegurador local:** Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo a Legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrada como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2017, adicionalmente aos valores informados na tabela anterior, há R\$3.328 (R\$3.054 em 2016) em exposição com resseguradores, referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito “possível” destas ações judiciais, não são contabilizados conforme orientação normativa. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2017 e 2016, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2017 e 2016.

| Descrição  | 2017           | 2016           |
|--|----------------|----------------|
| <b>Patrimônio líquido contábil</b>   | <b>279.877</b> | <b>306.732</b> |
| <b>Deduções:</b>   |                |                |
| Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro  | (985)          | (1.308)        |
| Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social | (44.513)       | (39.294)       |
| Ativos intangíveis   | (2.212)        | (2.743)        |
| <b>Ajustes econômicos</b>  | <b>116.554</b> | <b>62.495</b>  |
| <b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>   | <b>348.721</b> | <b>325.882</b> |
| <b>Capital base (b)</b>  | <b>15.000</b>  | <b>15.000</b>  |
| <b>Capital de risco (c)</b>  | <b>284.159</b> | <b>270.120</b> |
| <b>Capital de risco de subscrição (d)</b>  | <b>200.450</b> | <b>220.360</b> |
| <b>Capital de risco operacional (e)</b>  | <b>5.207</b>   | <b>5.081</b>   |
| <b>Capital de risco de crédito (f)</b>   | <b>26.251</b>  | <b>25.348</b>  |
| <b>Capital de risco de mercado (g)</b>   | <b>130.127</b> | <b>77.252</b>  |
| <b>CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)</b>   | <b>284.159</b> | <b>270.120</b> |
| <b>Suficiência de capital - RS(i) = (a) - (h)</b>  | <b>64.562</b>  | <b>55.762</b>  |
| <b>Suficiência de capital - %(j) = (i) / (a)</b>   | <b>18,51%</b>  | <b>17,11%</b>  |

A partir de 31/12/2016 o cálculo da suficiência de capital engloba as alterações introduzidas pela resolução CNSP 343 de 26/12/2016, onde as principais modificações foram a inclusão dos ajustes econômicos no cálculo do patrimônio líquido ajustado e o capital de risco de mercado no cálculo do CMR. Em 31



Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001–46

6.2. Movimentação das aplicações:

|   | Valor justo por meio do resultado | Disponível para venda | Mantido até o vencimento | Total (a)   |
|---|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------|
| Saldo em 01/01/2016                         | 4.945.895                         | 330.260               | 408.960                  | 5.685.115   |
| Aplicações                                  | 969.865                           | 534.364               | —                        | 1.504.229   |
| Rendimentos resgate                         | (252.794)                         | (15.073)              | (29.135)                 | (297.002)   |
| Principal resgate                           | (679.496)                         | (542.379)             | —                        | (1.221.875) |
| Resultado financeiro                        | 681.670                           | 45.934                | 59.771                   | 787.375     |
| Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos | 381                               | —                     | —                        | 381         |
| Ajustes no patrimônio líquido               | —                                 | 10.072                | —                        | 10.072      |
| Saldo em 31/12/2016                         | 5.665.521                         | 363.178               | 439.596                  | 6.468.295   |

(a) Para melhor entendimento do volume das aplicações financeiras da Companhia, passamos a apresentar a movimentação das cotas de fundos exclusivos em substituição a movimentação dos ativos que compõe estas cotas de fundos. Em função desta alteração estamos reapresentando a movimentação de 2016. Adicionalmente, as cotas de fundos de investimentos exclusivos estão apresentadas na coluna de valor justo por meio do resultado, conforme nota 3.2.1, entretanto esses fundos contemplam títulos mantidos até o vencimento, conforme nota 6.1.

|   | Valor justo por meio do resultado | Disponível para venda | Mantido até o vencimento | Total       |
|---|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|-------------|
| Saldo em 31/12/2016                         | 5.665.521                         | 363.178               | 439.596                  | 6.468.295   |
| Aplicações                                  | 1.051.241                         | 534.610               | 55.002                   | 1.640.853   |
| Rendimentos resgate                         | (416.551)                         | (9.835)               | (28.365)                 | (454.751)   |
| Principal resgate                           | (983.151)                         | (569.016)             | (104.647)                | (1.656.814) |
| Resultado financeiro                        | 518.866                           | 33.669                | 25.949                   | 578.484     |
| Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos | 1.141                             | —                     | —                        | 1.141       |
| Ajustes no patrimônio líquido               | —                                 | 9.742                 | —                        | 9.742       |
| Saldo em 31/12/2017                         | 5.837.067                         | 362.348               | 387.535                  | 6.586.950   |

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações:

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration, nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As metodologias utilizadas desconsideram os valores de saldos referentes ao PGBL e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

|                  | 2017               |
|------------------|--------------------|
| Fatores de Risco | VaR 95% DV01=0,01% |
| Pré-fixado       | 75 7               |
| IPCA             | 146 24             |
| Total            | 221 31             |

|                  | 2016               |
|------------------|--------------------|
| Fatores de Risco | VaR 95% DV01=0,01% |
| Pré-fixado       | 194 10             |
| IPCA             | 433 41             |
| Total            | 627 51             |

Os ativos referenciados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1).

6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

**Nível 1: Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês.

**Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA.

**Instrumentos financeiros derivativos – Contratos futuros de opções:** Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3.

**Nível 2: Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos.

**Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos.

**Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado.

**Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

|                                   | 2017                          |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| Descrição                         | Nível 1 Nível 2 Total         |
| Aplicações Financeiras            |                               |
| Valor justo por meio do resultado | 3.328.386 1.701.834 5.030.220 |
| Disponível para venda             | 358.146 4.202 362.348         |
| Mantidos até o vencimento         | 1.396.247 — 1.396.247         |
| Total                             | 5.082.779 1.706.036 6.788.815 |

|                                   | 2016                          |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| Descrição                         | Nível 1 Nível 2 Total         |
| Aplicações Financeiras            |                               |
| Valor justo por meio do resultado | 3.024.137 1.824.925 4.849.062 |
| Disponível para venda             | 359.280 3.898 363.178         |
| Mantidos até o vencimento         | 1.398.871 — 1.398.871         |
| Total                             | 4.782.288 1.828.823 6.611.111 |

7. Prêmios a receber: 7.1. Movimentação dos prêmios a receber:

Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O faturamento do segmento de vida ocorre em sua maioria mensalmente. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

|   | Redução ao valor recuperável | Prêmios   | Total     |
|---|------------------------------|-----------|-----------|
| Saldo em 01/01/2016                                       | (34.883)                     | 114.953   | 80.070    |
| Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição | (15.438)                     | 399.307   | 383.869   |
| RVNE  | —                            | (3.556)   | (3.556)   |
| Recebimentos / reversão                                   | 13.265                       | (383.960) | (370.695) |
| Saldo em 31/12/2016                                       | (37.056)                     | 126.744   | 89.688    |
| Circulante  | —                            | —         | 89.012    |
| Não circulante  | —                            | —         | 676       |

|   | Redução ao valor recuperável | Prêmios   | Total     |
|---|------------------------------|-----------|-----------|
| Saldo em 31/12/2016                                       | (37.056)                     | 126.744   | 89.688    |
| Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento / constituição | (5.448)                      | 415.095   | 409.647   |
| RVNE  | —                            | 3.421     | 3.421     |
| Recebimentos / reversão                                   | 20.505                       | (441.570) | (421.065) |
| Saldo em 31/12/2017                                       | (21.999)                     | 103.690   | 81.691    |
| Circulante  | —                            | —         | 81.316    |
| Não circulante  | —                            | —         | 375       |

7.2. Prêmios a receber por vencimento:

Os prêmios a receber por vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

| Descrição                     | 2017   | 2016    |
|-------------------------------|--------|---------|
| A vencer                      |        |         |
| A vencer entre 01 e 30 dias   | 41.028 | 34.519  |
| A vencer entre 31 e 60 dias   | 8.067  | 5.137   |
| A vencer entre 61 e 180 dias  | 15.497 | 23.645  |
| A vencer entre 181 e 365 dias | 7.760  | 9.884   |
| A vencer acima de 365 dias    | 543    | 676     |
| Total                         | 72.895 | 73.861  |
| Redução ao valor recuperável  | (595)  | (1.397) |
| Total a vencer                | 72.300 | 72.464  |

| Vencidos                                  |          |          |
|---|----------|----------|
| Vencidos entre 01 e 30 dias               | 4.565    | 10.114   |
| Vencidos entre 31 e 60 dias               | 1.235    | 2.582    |
| Vencidos entre 61 e 180 dias              | 2.202    | 9.580    |
| Vencidos entre 181 e 365 dias             | 2.933    | 7.682    |
| Vencidos acima de 365 dias                | 19.860   | 22.925   |
| Total                                     | 30.795   | 52.883   |
| Redução ao valor recuperável              | (21.404) | (35.659) |
| Total vencidos                            | 9.391    | 17.224   |
| Total de prêmios a receber                | 103.690  | 126.744  |
| Total da redução ao valor recuperável (a) | (21.999) | (37.056) |
| Total                                     | 81.691   | 89.688   |

(a) A redução ao valor recuperável é determinada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos. A contabilização no balanço patrimonial é feita pelos valores brutos e na demonstração de resultados pelos valores líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), depósitos judiciais e, quando aplicáveis, cosseguro e resseguro, refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (classificação de riscos) de probabilidade de perda. Para pessoas físicas é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios de risco a decorrer são normalmente cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro.

8. Ativos e passivos de resseguro: 8.1. Operações com resseguradoras:

Descrição

|  | 2017    | 2016    |
|--|---------|---------|
| Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissões | 7.805   | 3.674   |
| Redução ao valor recuperável (a)                           | (2.792) | (1.445) |
| Outros   | 1.945   | 1.566   |
| Total  | 6.958   | 3.795   |
| Circulante   | 5.334   | 2.484   |
| Não circulante   | 1.624   | 1.311   |

(a) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos).

8.2. Ativos de resseguro e retrocessão:

Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

|                 | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros | Total |
|-----------------|--------------------------------|--|-------|
| Descrição       | 2017                           | 2016   | 2017  |
| Pessoas         | 1.620                          | 1.502  | 815   |
| Vida Individual | 250                            | 226  | 2.814 |
| Previdência     | 67                             | 56   | —     |
| Total           | 1.937                          | 1.784  | 3.629 |
| Circulante      | 1.937                          | 1.784  | 1.126 |
| Não circulante  | —                              | —  | 2.503 |

8.2.1. Movimentação da Provisão de Prêmios Não Ganhos:

|                      | Pessoas | Vida Individual | Previdência | Total    |
|----------------------|---------|-----------------|-------------|----------|
| Saldos em 01/01/2016 | 694     | —               | 46          | 740      |
| Emissões/RVNE        | 10.535  | 1.221           | 335         | 12.091   |
| Amortizações         | (9.727) | (995)           | (325)       | (11.047) |
| Saldos em 31/12/2016 | 1.502   | 226             | 56          | 1.784    |
| Circulante           | —       | —               | —           | 1.784    |

|                      | Pessoas | Vida Individual | Previdência | Total    |
|----------------------|---------|-----------------|-------------|----------|
| Saldos em 31/12/2016 | 1.502   | 226             | 56          | 1.784    |
| Emissões/RVNE        | 8.574   | 1.563           | 407         | 10.544   |
| Amortizações         | (8.456) | (1.539)         | (396)       | (10.391) |
| Saldos em 31/12/2017 | 1.620   | 250             | 67          | 1.937    |
| Circulante           | —       | —               | —           | 1.937    |

8.2.2. Movimentação da Provisão de Sinistros a Liquidar / IBNR e outros:

|                               | Pessoas | Vida Individual | Total   |
|-------------------------------|---------|-----------------|---------|
| Saldo em 01/01/2016           | 3.618   | 2.319           | 5.937   |
| Adições/Baixas                | 805     | (408)           | 397     |
| Atualização monetária / juros | 88      | 352             | 440     |
| Variação IBNR                 | (2.508) | (106)           | (2.614) |
| Saldo em 31/12/2016           | 2.003   | 2.157           | 4.160   |
| Circulante                    | —       | —               | 1.344   |
| Não circulante                | —       | —               | 2.816   |

|                               | Pessoas | Vida Individual | Total |
|-------------------------------|---------|-----------------|-------|
| Saldo em 31/12/2016           | 2.003   | 2.157           | 4.160 |
| Adições/Baixas                | (634)   | 570             | (64)  |
| Atualização monetária / juros | 49      | 179             | 228   |
| Variação IBNR                 | (603)   | (92)            | (695) |
| Saldo em 31/12/2017           | 815     | 2.814           | 3.629 |
| Circulante                    | —       | —               | 1.126 |
| Não circulante                | —       | —               | 2.503 |

9. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos:

9.1. Créditos e débitos tributários diferidos:

| Descrição                                  | 2017     | 2016     |
|--|----------|----------|
| Tributos a compensar/ recuperar (nota 9.2) | 3.919    | 4.187    |
| Créditos tributários (nota 9.3)            | 138.171  | 140.224  |
| Débitos tributários (nota 9.3)             | (29.142) | (26.918) |
| Total                                      | 112.948  | 117.493  |
| Circulante                                 | 3.858    | 4.125    |
| Não circulante                             | 109.090  | 113.368  |

Os créditos tributários são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

9.2. Tributos a compensar / recuperar:

| Descrição   | Saldo em 01/01/2016 | Adição | Atualização monetária | Baixa / compensação | Saldo em 31/12/2016 |
|---|---------------------|--------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ                         | 1.101               | 2.479  | 44                    | (1.032)             | 2.592               |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL                | 386                 | 1.179  | 17                    | (340)               | 1.242               |
| Programa de Integração Social - PIS                             | 25                  | 43     | —                     | (7)                 | 61                  |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 113                 | 196    | —                     | (17)                | 292                 |
| Outros  | —                   | 45     | 45                    | (90)                | —                   |
| Total   | 1.625               | 3.942  | 106                   | (1.486)             | 4.187               |
| Circulante  | —                   | —      | —                     | —                   | 4.125               |
| Não circulante  | —                   | —      | —                     | —                   | 62                  |

| Descrição   | Saldo em 31/12/2016 | Adição | Atualização monetária | Baixa / compensação | Saldo em 31/12/2017 |
|---|---------------------|--------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ                         | 2.592               | 1.699  | 53                    | (2.377)             | 1.967               |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL                | 1.242               | 2.394  | 19                    | (2.282)             | 1.373               |
| Programa de Integração Social - PIS                             | 61                  | 40     | —                     | —                   | 101                 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 292                 | 186    | —                     | —                   | 478                 |
| Total   | 4.187               | 4.319  | 72                    | (4.659)             | 3.919               |
| Circulante  | —                   | —      | —                     | —                   | 3.858               |
| Não circulante  | —                   | —      | —                     | —                   | 61                  |

9.3. Movimentação de créditos e débitos tributários:

As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

| Descrição   | Saldo em 01/01/2016 | Constituição | Realização | Saldo em 31/12/2016 |
|---|---------------------|--------------|------------|---------------------|
| Provisão para perda em investimentos                        | 39                  | —            | (39)       | —                   |
| Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais          | 63.130              | 9.792        | (792)      | 72.130              |
| Redução ao valor recuperável de créditos                    | 14.242              | 1.060        | (159)      | 15.143              |
| Provisões   | 1.125               | 460          | (131)      | 272                 |
| Participações nos lucros                                    | 223                 | 204          | (224)      | 203                 |
| Ajuste a valor de mercado                                   | 9.207               | 1.547        | (5.566)    | 5.188               |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 87.966              | 13.063       | (8.093)    | 92.936              |
| Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social  | 45.163              | —            | (5.869)    | 39.294              |
| PIS e COFINS sobre reservas técnicas                        | 8.570               | 516          | (1.092)    | 7.994               |
| Total dos créditos tributários                              | 141.699             | 13.579       | (15.054)   | 140.224             |
| Atualizações de depósitos judiciais                         | (17.884)            | (4.487)      | 50         | (22.321)            |
| Ajuste a valor de mercado                                   | (4.579)             | —            | —          | (4.579)             |
| Outros  | —                   | (18)         | —          | (18)                |
| Total dos débitos tributários                               | (22.463)            | (4.505)      | 50         | (26.918)            |

| Descrição   | Saldo em 31/12/2016 | Constituição | Realização | Saldo em 31/12/2017 |
|---|---------------------|--------------|------------|---------------------|
| Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais          | 72.130              | 3.944        | (3.244)    | 72.830              |
| Redução ao valor recuperável de créditos                    | 15.143              | —            | (4.740)    | 10.403              |
| Provisões   | 272                 | 707          | (271)      | 708                 |
| Participações nos lucros                                    | 203                 | 239          | (270)      | 172                 |
| Perda atuarial com plano de benefício definido              | —                   | 14           | —          | 14                  |
| Ajuste a valor de mercado                                   | 5.188               | 1.271        | (5.188)    | 1.271               |
| Outros  | —                   | 48           | —          | 48                  |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 92.936              | 6.223        | (13.713)   | 85.446              |
| Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social  | 39.294              | 5.219        | —          | 44.513              |
| PIS e COFINS sobre reservas técnicas                        | 7.994               | 824          | (606)      | 8.212               |
| Total dos créditos tributários                              | 140.224             | 12.266       | (14.319)   | 138.171             |
| Atualizações de depósitos judiciais                         | (22.321)            | (3.236)      | —          | (25.557)            |
| Ajuste a valor de mercado                                   | (4.579)             | —            | 994        | (3.585)             |
| Outros  | (18)                | (36)         | 54         | —                   |
| Total dos débitos tributários                               | (26.918)            | (3.272)      | 1.048      | (29.142)            |

Em 31/12/2017, as bases para formação de prejuízos fiscais e de bases negativas a compensar são formadas como demonstrado a seguir:

| Ano                | Imposto de renda | Contribuição social |
|--------------------|------------------|---------------------|
| 2004               | —                | 5.740               |
| 2005               | 46.991           | 73.653              |
| 2011               | 35.408           | 31.850              |
| 2017               | 11.517           | 11.573              |
| Saldos a compensar | 93.916           | 122.816             |

Em 31/12/2017, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

| Ano         | Imposto de Renda | Contribuição Social |
|-------------|------------------|---------------------|
| 2018        | 29%              | 22%                 |
| 2019        | 16%              | 12%                 |
| 2020        | 13%              | 10%                 |
| 2021        | 22%              | 17%                 |
| 2022        | 20%              | 22%                 |
| 2023 a 2024 | 0%               | 17%                 |
|             | 100%             | 100%                |

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima, pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

Majoração da CSLL:

A Lei 13.169/2015 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. Os créditos tributários de CSLL que não possuem expectativas de realização até 31/12/2018 são os seguintes:

| Descrição                     | Base   | Créditos tributários não reconhecidos |
|-------------------------------|--------|---------------------------------------|
| Base negativa                 | 70.555 | 3.528                                 |
| Diferenças temporárias – CSLL | 20.974 | 1.049                                 |
| Total                         | 91.529 | 4.577                                 |

continua



continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001–46

10. Movimentação dos custos de aquisição diferidos – seguros e previdência:

| Seguro direto líquido |                     |                  |             |           |
|-----------------------|---------------------|------------------|-------------|-----------|
|                       | de cosseguro cedido | Cosseguro aceito | Previdência | Total     |
| Saldo em 01/01/2016   | 39.980              | 2.810            | 9.374       | 52.164    |
| Custos de aquisição   | 119.533             | 376              | 5.964       | 125.873   |
| Amortização           | (110.122)           | (1.517)          | (7.356)     | (118.995) |
| Cancelamento          | (13.307)            | (449)            | (593)       | (14.349)  |
| RVNE                  | (54)                | –                | –           | (54)      |
| Saldo em 31/12/2016   | 36.030              | 1.220            | 7.389       | 44.639    |
| Circulante            |                     |                  |             | 29.929    |
| Não circulante        |                     |                  |             | 14.710    |

| Seguro direto líquido |                     |                  |             |           |
|-----------------------|---------------------|------------------|-------------|-----------|
|                       | de cosseguro cedido | Cosseguro aceito | Previdência | Total     |
| Saldo em 31/12/2016   | 36.030              | 1.220            | 7.389       | 44.639    |
| Custos de aquisição   | 131.545             | –                | 5.566       | 137.111   |
| Amortização           | (117.710)           | (682)            | (5.684)     | (124.076) |
| Cancelamento          | (18.441)            | (3)              | (619)       | (19.063)  |
| RVNE                  | 1.061               | –                | –           | 1.061     |
| Saldo em 31/12/2017   | 32.485              | 535              | 6.652       | 39.672    |
| Circulante            |                     |                  |             | 26.471    |
| Não circulante        |                     |                  |             | 13.201    |

| 11. Contas a pagar: 11.1. Obrigações a pagar:    |  |        |        |
|--|--|--------|--------|
| Descrição  |  | 2017   | 2016   |
| Obrigações fiscais (vide nota 17.2)              |  | 61.117 | 57.317 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar |  | –      | 20.000 |
| Participações no lucro                           |  | 2.815  | 2.544  |
| Demais   |  | 3.460  | 2.702  |
| Total  |  | 67.392 | 82.563 |
| Circulante                                       |  | 6.275  | 25.246 |
| Não Circulante                                   |  | 61.117 | 57.317 |

| 11.2. Outras contas a pagar:                    |  |        |       |
|---|--|--------|-------|
| Descrição                                       |  | 2017   | 2016  |
| Fornecedores / compromissos mobiliários a pagar |  | 10.234 | 8.033 |
| Honorários advocatícios                         |  | 62     | 62    |
| Total   |  | 10.296 | 8.095 |
| Circulante                                      |  | 10.234 | 8.033 |
| Não circulante                                  |  | 62     | 62    |

| 12. Corretores de seguros e resseguros: |  |        |        |
|---|--|--------|--------|
| Descrição                               |  | 2017   | 2016   |
| Seguro direto e cosseguro aceito        |  | 13.406 | 14.170 |
| Seguro direto e cosseguro aceito – RVNE |  | 3.827  | 2.765  |
| Total                                   |  | 17.233 | 16.935 |
| Circulante                              |  | 17.141 | 16.811 |
| Não circulante                          |  | 92     | 124    |

| 13. Depósitos de terceiros: |               | Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir: |             |        |               |             |       |
|-----------------------------|---------------|--|-------------|--------|---------------|-------------|-------|
|                             |               | 2017   | 2016        |        |               |             |       |
| Descrição                   | Prêmio direto | Cosseguro  | Previdência | Total  | Prêmio direto | Previdência | Total |
| De 01 a 30 dias             | 3.215         | –  | 4.477       | 7.692  | 6.295         | 954         | 7.249 |
| De 31 a 60 dias             | 170           | –  | 73          | 243    | 175           | 233         | 408   |
| De 61 a 120 dias            | 214           | 4  | 470         | 688    | 203           | 526         | 729   |
| De 121 a 180 dias           | 220           | –  | 4.503       | 4.723  | 191           | 87          | 278   |
| De 181 a 365 dias           | 42            | –  | 441         | 483    | 100           | 8           | 108   |
| Acima de 365 dias           | 4             | –  | –           | 4      | 285           | 62          | 347   |
| Subtotal                    | 3.865         | 4  | 9.964       | 13.833 | 7.249         | 1.870       | 9.119 |
| Total                       |               |  |             | 13.833 |               |             | 9.119 |

| 14. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar:   |  |  |  |           |
|---|--|--|--|-----------|
| 14.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:   |  |  |  |           |
| Danos:  |  |  |  |           |
|   | Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR | Total  |  |           |
| Saldo em 01/01/2016   | 2.615  |  |  |           |
| Pagamentos/ cancelamentos/ baixas   | (507)  |  |  |           |
| Atualização monetária / juros   | 29   |  |  |           |
| Saldo em 31/12/2016 (a)   | 2.137  | 2.137  |  |           |
| Total   |  | 2.137  |  |           |
| Circulante  |  | 2.137  |  |           |
|   | Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR | Total  |  |           |
| Saldo em 31/12/2016   | 2.137  |  |  |           |
| Pagamentos/ cancelamentos/ baixas   | (223)  |  |  |           |
| Atualização monetária / juros   | 203  |  |  |           |
| Saldo em 31/12/2017 (a)   | 2.117  | 2.117  |  |           |
| Total   |  | 2.117  |  |           |
| Circulante  |  | 2.117  |  |           |
| (a) Apesar de a Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria “Danos” oriundas de operações de retrocessões aceitas. |  |  |  |           |
| Pessoas:  |  |  |  |           |
|   | Provisão de prêmios não ganhos   | Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR | Total  |           |
| Saldo em 01/01/2016   | 45.957   | 215.203  |  |           |
| Emissões  | 372.761  | –  |  |           |
| Pagamentos/ cancelamentos/ baixas   | (48.797)   | (186.554)  |  |           |
| Prêmios ganhos  | (332.340)  | –  |  |           |
| Avisados / alterações   | –  | 164.436  |  |           |
| Atualização monetária / juros   | –  | 19.399   |  |           |
| Variação do IBNR  | –  | (2.472)  |  |           |
| Saldo em 31/12/2016   | 37.581   | 210.012  | 247.593                                      |           |
| Outras provisões (a)  |  |  | 54.186                                       |           |
| Total   |  |  | 301.779                                      |           |
| Circulante  |  |  | 151.899                                      |           |
| Não Circulante  |  |  | 149.880                                      |           |
|   | Provisão de prêmios não ganhos   | Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR | Total  |           |
| Saldo em 31/12/2016   | 37.581   | 210.012  |  |           |
| Emissões  | 416.545  | –  |  |           |
| Pagamentos/ cancelamentos/ baixas   | (43.702)   | (215.056)  |  |           |
| Prêmios ganhos  | (379.144)  | –  |  |           |
| Avisados / alterações   | –  | 242.211  |  |           |
| Atualização monetária / juros   | –  | 13.728   |  |           |
| Variação do IBNR  | –  | (27.711)   |  |           |
| Saldo em 31/12/2017   | 31.280   | 223.184  | 254.464                                      |           |
| Outras provisões (a)  |  |  | 61.233                                       |           |
| Total   |  |  | 315.697                                      |           |
| Circulante  |  |  | 160.776                                      |           |
| Não Circulante  |  |  | 154.921                                      |           |
| (a) O montante total está representado pela PCC, conforme nota 3.7.   |  |  |  |           |
| Vida individual:  |  |  |  |           |
|   | Provisão de prêmios não ganhos   | Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR                                 | Provisão matemática de benefícios a conceder | Total     |
| Saldo em 01/01/2016   | 35.133   | 26.590   | 14.937                                       |           |
| Emissões  | 94.821   | –  | –  |           |
| Pagamentos/ cancelamentos/ resgates   | (29.641)   | (330.391)  | –  |           |
| Prêmios ganhos  | (63.366)   | –  | –  |           |
| Avisados / alterações   | –  | 321.387  | (4.526)                                      |           |
| Atualização monetária / juros   | –  | 1.193  | –  |           |
| Variação do IBNR  | –  | 541  | –  |           |
| Saldo em 31/12/2016   | 36.947   | 19.320   | 10.411                                       | 66.678    |
| Outras provisões  |  |  |  | 703       |
| Total   |  |  |  | 67.381    |
| Circulante  |  |  |  | 61.055    |
| Não Circulante  |  |  |  | 6.326     |
|   | Provisão de prêmios não ganhos   | Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR                                 | Provisão matemática de benefícios a conceder | Total     |
| Saldo em 31/12/2016   | 36.947   | 19.320   | 10.411                                       |           |
| Emissões  | 87.963   | –  | –  |           |
| Pagamentos/ cancelamentos/ resgates   | (45.906)   | (611.077)  | –  |           |
| Prêmios ganhos  | (52.525)   | –  | –  |           |
| Avisados / alterações   | –  | 612.809  | 67   |           |
| Atualização monetária / juros   | –  | 737  | –  |           |
| Variação do IBNR  | –  | (3.100)  | –  |           |
| Saldo em 31/12/2017   | 26.479   | 18.689   | 10.478                                       | 55.646    |
| Circulante  |  |  |  | 50.364    |
| Não Circulante  |  |  |  | 5.282     |
| Vida com cobertura de sobrevivência:  |  |  |  |           |
|   | Provisão de despesas relacionadas – IBNR   | Provisão matemática de benefícios a conceder   | Provisão matemática de benefícios concedidos | Total     |
| Saldo em 01/01/2016   | 1.469  | 1.716.059  | 1.523  |           |
| Adições   | –  | 517.172  | –  |           |
| Resgates/ benefícios/ portabilidade   | –  | (362.543)  | (3.742)                                      |           |
| Avisados / alterações   | (645)  | (632)  | 77   |           |
| Transferências  | –  | (3.725)  | 3.725  |           |
| Atualização monetária / juros   | 173  | 221.729  | 142  |           |
| Saldo em 31/12/2016   | 997  | 2.088.060  | 1.725  | 2.090.782 |
| Outras provisões  |  |  |  | 4.001     |
| Total   |  |  |  | 2.094.783 |
| Circulante  |  |  |  | 422.609   |
| Não Circulante  |  |  |  | 1.672.174 |

|                                     | Provisão de despesas relacionadas – IBNR | Provisão matemática de benefícios a conceder | Provisão matemática de benefícios concedidos | Total     |
|-------------------------------------|--|--|--|-----------|
| Saldo em 31/12/2016                 | 997                                      | 2.088.060                                    | 1.725  |           |
| Adições                             | –  | 408.060                                      | –  |           |
| Resgates/ benefícios/ portabilidade | –  | (604.775)                                    | (3.701)                                      |           |
| Avisados / alterações               | (118)                                    | (4.644)                                      | (230)  |           |
| Transferências                      | –  | (3.876)                                      | 3.876  |           |
| Atualização monetária / juros       | 54                                       | 195.558                                      | 16   |           |
| Saldo em 31/12/2017                 | 933                                      | 2.078.383                                    | 1.686  | 2.081.002 |
| Outras provisões                    |  |  |  | 219       |
| Total                               |  |  |  | 2.081.221 |
| Circulante                          |  |  |  | 414.155   |
| Não Circulante                      |  |  |  | 1.667.066 |

A PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, que basicamente referem-se às cláusulas de “invalidez permanente total por doença” e “invalidez permanente total ou parcial por acidente”. Em 31/12/2017 e 2016, a posição de sinistros em disputa judicial é a seguinte:

|                 | 2017       |                   |                    | 2016       |                   |                    |
|-----------------|------------|-------------------|--------------------|------------|-------------------|--------------------|
|                 | Pessoas    | Pessoas           | Pessoas            | Pessoas    | Pessoas           | Pessoas            |
| Descrição       | Quantidade | Valor de abertura | Valor provisionado | Quantidade | Valor de abertura | Valor provisionado |
| Até 02 Anos     | 1.106      | 72.549            | 23.344             | 1.087      | 78.606            | 23.656             |
| 02 a 05 Anos    | 1.028      | 112.570           | 39.542             | 900        | 110.671           | 38.447             |
| 05 a 10 Anos    | 404        | 61.657            | 28.517             | 374        | 61.698            | 31.375             |
| Mais de 10 Anos | 175        | 51.645            | 28.588             | 161        | 47.578            | 25.127             |
| Total           | 2.713      | 298.421           | 119.991            | 2.522      | 298.553           | 118.605            |

Em 31/12/2017, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” é de R\$38.142 (R\$28.106 em 2016), com resseguro de R\$3.328 (R\$3.054 em 2016), que representa um valor residual de R\$34.814 (R\$25.052 em 2016).

| 14.2. Movimentações das provisões técnicas de previdência complementar: |  |  |                                    |           |
|---|--|--|------------------------------------|-----------|
|   | Provisão matemática de benefícios a conceder | Provisão matemática de benefícios concedidos | Provisão complementar de cobertura | Total     |
| Saldo em 01/01/2016   | 3.045.234                                    | 403.465                                      | 33.677                             |           |
| Constituições / (reversões)   | 240.239                                      | 9.206  | 8.177                              |           |
| Portabilidade de entrada  | 153.741                                      | –  | –                                  |           |
| Portabilidade de saída  | (244.392)                                    | –  | –                                  |           |
| Resgates  | (190.056)                                    | –  | –                                  |           |
| Pagamentos de benefícios  | –  | (71.633)                                     | –                                  |           |
| Atualização monetária / juros   | 421.907                                      | 55.366                                       | –                                  |           |
| Transferências  | (41.835)                                     | 41.835                                       | –                                  |           |
| Saldo em 31/12/2016   | 3.384.838                                    | 438.239                                      | 41.854                             | 3.864.931 |
| Outras  |  |  |                                    | 13.213    |
| Total   |  |  |                                    | 3.878.144 |
| Circulante  |  |  |                                    | 916.207   |
| Não circulante  |  |  |                                    | 2.961.937 |

|                               | Provisão matemática de benefícios a conceder | Provisão matemática de benefícios concedidos | Provisão complementar de cobertura | Total     |
|-------------------------------|--|--|------------------------------------|-----------|
| Saldo em 31/12/2016           | 3.384.838                                    | 438.239                                      | 41.854                             |           |
| Constituições / (reversões)   | 247.775                                      | 11.700                                       | 16.007                             |           |
| Portabilidade de entrada      | 114.361                                      | –  | –                                  |           |
| Portabilidade de saída        | (256.615)                                    | –  | –                                  |           |
| Resgates                      | (184.751)                                    | –  | –                                  |           |
| Pagamentos de benefícios      | –  | (94.933)                                     | –                                  |           |
| Atualização monetária / juros | 292.576                                      | 21.635                                       | –                                  |           |
| Transferências                | (77.809)                                     | 77.809                                       | –                                  |           |
| Saldo em 31/12/2017           | 3.520.375                                    | 454.450                                      | 57.861                             | 4.032.686 |
| Outras                        |  |  |                                    | 12.394    |
| Total                         |  |  |                                    | 4.045.080 |
| Circulante                    |  |  |                                    | 890.705   |
| Não circulante                |  |  |                                    | 3.154.375 |

| 14.3. Garantia das provisões técnicas:   |  | As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas: |           |
|--|--|--|-----------|
| Descrição  |  | 2017   | 2016      |
| Provisões técnicas de seguros  |  | 2.454.681  | 2.466.080 |
| Provisões técnicas de previdência complementar   |  | 4.045.080  | 3.878.144 |
| Efeito monetário (a)   |  | 106.620  | 85.503    |
| Total das provisões técnicas   |  | 6.606.381  | 6.429.727 |
| (–) Ativos de resseguro – provisões técnicas   |  | 3.630  | 4.161     |
| (–) Depósitos judiciais  |  | 23.850   | 23.364    |
| (–) Direitos creditórios   |  | 37.530   | 47.100    |
| (–) Depósitos especiais/ Provisões retidas – IRB   |  | 15   | 262       |
| Montante a ser garantido   |  | 6.541.356  | 6.354.840 |
| Ativos dados em garantia:  |  |  |           |
| Cotas de fundos de investimentos não exclusivos  |  | 40.715   | 16.687    |
| Cotas de fundos de investimentos exclusivos  |  | 811.911  | 871.055   |
| Cotas de fundos especialmente constituídos   |  | 4.909.784  | 4.701.570 |
| Títulos de renda fixa – Públicos   |  | 818.443  | 874.566   |
| Títulos de renda fixa – Privados   |  | 4.202  | 3.898     |
| Efeito monetário (a)   |  | 106.620  | 85.503    |
| Total de ativos  |  | 6.691.675  | 6.553.279 |
| Ativos vinculados em excesso   |  | 150.319  | 198.439   |
| (a) O valor de R\$106.620 é a parcela apurada no Teste de Adequação dos Passivos, coberta pela diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados na categoria “mantidos até o vencimento”. 15. Partes relacionadas: 15.1. Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com as empresas sob administração comum e profissionais-chaves da administração, para os respectivos tipos de operações. |  |  |           |

| Descrição   | Categoria             | Controladora  | Ativo |      | Passivo |        |
|---|-----------------------|---|-------|------|---------|--------|
|   |                       |   | 2017  | 2016 | 2017    | 2016   |
| Sul América S.A. (g)  | Controladora indireta | Sulasapar Participações S.A.  | –     | –    | 2.677   | 2.489  |
| Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (e)  | Controladora indireta | Sul América S.A.  | 2     | –    | 175     | 190    |
| Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (e) (k)                                 | Controladora direta   | Sul América Companhia Nacional de Seguros                                     | 486   | 390  | 6.771   | 22.063 |
| Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (e) (f) | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | –     | –    | 938     | 124    |
| Sul America Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (f)                                | Ligada                | Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | –     | –    | 323     | 131    |
| Sul América Odontológico S.A.(a) (e)  | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | 1     | –    | 39      | 58     |
| Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c) (e)                                     | Controladora indireta | Saepar Serviços e Participações S.A.  | 126   | 72   | 7.135   | 9.659  |
| Sul América Santa Cruz Participações S.A. (e)   | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | –     | 13   | 57      | –      |
| Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (e) (h) (k)  | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | 45    | –    | 181     | 908    |
| Sul América Saúde Companhia de Seguros (a)  | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | –     | –    | –       | 30     |
| Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (a) (j)  | Ligada                | Sul América Santa Cruz Participações S.A.                                     | 543   | 341  | 1.495   | 1.368  |
| Swiss Re Brasil Resseguros S.A.(i)  | Ligada                | Outros  | 4.836 | –    | 2.015   | 187    |
| Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (b)   | Outros                | Outros  | –     | –    | –       | –      |
| J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (b)  | Outros                | Outros  | –     | –    | –       | –      |
| Gouvea Vieira Advocacia (b)   | Outros                | Outros  | –     | –    | –       | –      |
| Almeida e Silva Gouvea Vieira Advogados Associados (b)                                    | Outros                | Outros  | –     | –    | –       | –      |
| Total   |                       |   | 6.039 | 816  | 21.806  | 37.207 |

| Descrição   | Categoria             | Controladora  | Receita |       | Despesa |         |
|---|-----------------------|---|---------|-------|---------|---------|
|   |                       |   | 2017    | 2016  | 2017    | 2016    |
| Sul América S.A. (g)  | Controladora indireta | Sulasapar Participações S.A.  | –       | –     | –       | –       |
| Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (e)  | Controladora indireta | Sul América S.A.  | 16      | 18    | –       | (7)     |
| Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (e) (k)                                 | Controladora direta   | Sul América Companhia Nacional de Seguros                                     | 4.516   | 3.446 | (1.913) | (1.926) |
| Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (e) (f) | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | 32      | –     | (672)   | (763)   |
| Sul America Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (f)                                | Ligada                | Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | 26      | 26    | (1.365) | (1.451) |
| Sul América Odontológico S.A.(a) (e)  | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | 29      | 27    | –       | (7)     |
| Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c) (e)                                     | Controladora indireta | Saepar Serviços e Participações S.A.  | 853     | 861   | (873)   | (2.945) |
| Sul América Santa Cruz Participações S.A. (e)   | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | –       | –     | –       | –       |
| Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (e) (h) (k)  | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | 348     | 79    | (805)   | (944)   |
| Sul América Saúde Companhia de Seguros (a)  | Ligada                | Sul América Companhia de Seguro Saúde   | –       | –     | –       | (2)     |
| Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (a) (j)  |                       |   |         |       |         |         |



continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001–46

(a) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (b) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (c) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo SulAmérica (para efeitos dre comparabilidade, estamos incluindo os valores não informados em 2016); (d) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios; (e) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (f) Valor referente à taxa de administração e gestão que corresponde a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (g) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (h) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (i) Valor referente à operação de resseguro; (j) Valor referente à contratação de títulos de capitalização, na modalidade incentivo; e (k) Valor referente a operação de seguro viagem adquirido pela Companhia. Em 2017 foram pagos a título de dividendos o montante de R\$50.000 (R\$10.000 em 2016) para a CIA. SAÚDE.

**15.2. Remuneração da administração:** A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

|                       | Benefícios de curto prazo a administradores | Benefícios pós-emprego | Incentivo em ações (a) | Total   |
|-----------------------|---|------------------------|------------------------|---------|
| <b>Contas a pagar</b> |   |                        |                        |         |
| 2017                  | 881   | –                      | 2.677                  | 3.558   |
| 2016                  | 691   | –                      | 2.489                  | 3.180   |
| <b>Despesas</b>       |   |                        |                        |         |
| 2017                  | (1.696)                                     | (81)                   | (188)                  | (1.965) |
| 2016                  | (1.509)                                     | (55)                   | (309)                  | (1.873) |

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.10).

**16. Compromissos e ônus a liquidar:** **16.1. Outro créditos:** Em 31/12/2017, o saldo de R\$2.307 (R\$2.460 em 2016) da rubrica “Outros créditos”, no ativo circulante, é composto, basicamente, por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$2.004 (R\$2.207 em 2016).

**16.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 14.3.

**16.3. Contrato de aluguel – São Paulo:** Em 04/07/2013, a CIA. SAÚDE, controladora da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA. SAÚDE se comprometeu a pagar mensalmente a quantia de R\$2.000, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 6,5% sobre este montante. O montante registrado no resultado da Companhia, até 31/12/2017, corresponde a R\$1.844 (R\$1.734 em 2016). A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a CIA. SAÚDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa.

**17. Depósitos judiciais e fiscais e provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2017 e 2016, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

**17.1. Depósitos judiciais e fiscais:**

| Descrição                     | 2017           | 2016           |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Fiscais:</b>               |                |                |
| COFINS                        | 26.555         | 25.273         |
| PIS                           | 45             | 43             |
| CSLL                          | 33.097         | 30.764         |
| IRPJ                          | 7.159          | 6.765          |
| INSS                          | 82.377         | 78.189         |
| <b>Subtotal</b>               | <b>149.233</b> | <b>141.034</b> |
| <b>Trabalhistas e cíveis:</b> |                |                |
| Ações trabalhistas            | 3.718          | 1.282          |
| Ações cíveis                  | 70.900         | 69.332         |
| <b>Subtotal</b>               | <b>74.618</b>  | <b>70.614</b>  |
| <b>Total</b>                  | <b>223.851</b> | <b>211.648</b> |
| <b>Não circulante</b>         | <b>223.851</b> | <b>211.648</b> |

**17.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:**

| Descrição                     | Saldo em 01/01/2016 | Adições       | Atualização monetária | Pagamentos / baixas | Saldo em 31/12/2016 |
|-------------------------------|---------------------|---------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Cíveis e trabalhistas:</b> |                     |               |                       |                     |                     |
| Cíveis                        | 55.412              | 18.914        | 6.146                 | (12.552)            | 67.920              |
| Honorários                    | 5.348               | 1.871         | –                     | (642)               | 6.577               |
| Trabalhistas                  | 2.668               | 279           | 408                   | (69)                | 3.286               |
| Outros                        | 1.216               | 446           | (38)                  | (306)               | 1.318               |
| <b>Subtotal</b>               | <b>64.644</b>       | <b>21.510</b> | <b>6.516</b>          | <b>(13.569)</b>     | <b>79.101</b>       |
| <b>Tributárias: (a)</b>       |                     |               |                       |                     |                     |
| PIS                           | 40                  | –             | 3                     | –                   | 43                  |
| COFINS                        | 20.516              | –             | 1.488                 | –                   | 22.004              |
| CSLL                          | 23.266              | 1.867         | 2.946                 | –                   | 28.079              |
| IRPJ                          | 5.270               | –             | 506                   | –                   | 5.776               |
| INSS                          | 73.050              | –             | 5.412                 | (272)               | 78.190              |
| Honorários                    | 1.253               | 69            | 90                    | –                   | 1.412               |
| <b>Subtotal</b>               | <b>123.395</b>      | <b>1.936</b>  | <b>10.445</b>         | <b>(272)</b>        | <b>135.504</b>      |
| <b>Total</b>                  | <b>188.039</b>      | <b>23.446</b> | <b>16.961</b>         | <b>(13.841)</b>     | <b>214.605</b>      |
| <b>Circulante</b>             |                     |               |                       |                     | <b>12.607</b>       |
| <b>Não Circulante</b>         |                     |               |                       |                     | <b>201.998</b>      |

| Descrição                     | Saldo em 31/12/2016 | Adições       | Atualização monetária | Pagamentos / baixas | Saldos em 31/12/2017 |
|-------------------------------|---------------------|---------------|-----------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Cíveis e trabalhistas:</b> |                     |               |                       |                     |                      |
| Cíveis                        | 67.920              | 11.759        | 5.042                 | (22.830)            | 61.891               |
| Honorários                    | 6.577               | 1.104         | –                     | (1.719)             | 5.962                |
| Trabalhistas                  | 3.286               | 953           | 907                   | –                   | 5.146                |
| Outros                        | 1.318               | 1.364         | 204                   | (1.196)             | 1.690                |
| <b>Subtotal</b>               | <b>79.101</b>       | <b>15.180</b> | <b>6.153</b>          | <b>(25.745)</b>     | <b>74.689</b>        |
| <b>Tributárias: (a)</b>       |                     |               |                       |                     |                      |
| PIS                           | 43                  | –             | 2                     | –                   | 45                   |
| COFINS                        | 22.004              | –             | 1.137                 | –                   | 23.141               |
| CSLL                          | 28.079              | –             | 2.219                 | (8)                 | 30.290               |
| IRPJ                          | 5.776               | –             | 388                   | –                   | 6.164                |
| INSS                          | 78.190              | –             | 4.188                 | –                   | 82.378               |
| Honorários                    | 1.412               | –             | 64                    | –                   | 1.476                |
| <b>Subtotal</b>               | <b>135.504</b>      | <b>–</b>      | <b>7.998</b>          | <b>(8)</b>          | <b>143.494</b>       |
| <b>Total</b>                  | <b>214.605</b>      | <b>15.180</b> | <b>14.151</b>         | <b>(25.753)</b>     | <b>218.183</b>       |
| <b>Circulante</b>             |                     |               |                       |                     | <b>11.525</b>        |
| <b>Não Circulante</b>         |                     |               |                       |                     | <b>206.658</b>       |

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2017 são de R\$61.117 (R\$57.317 em 2016), registradas no passivo não circulante, na rubrica “Obrigações a pagar” (vide nota 11.1).

**17.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia, em 31/12/2017 e 2016, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda em relação à majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada e, possível, sobre outras receitas. Os valores questionados no passado estavam sendo depositados judicialmente e provisionados e, atualmente, a Companhia está recolhendo a contribuição majorada em 1% incidente sobre as receitas da atividade. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obstou a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2013 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda.

**17.4. Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2017 e 2016 é: **INSS:** A Companhia vinha questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão.

**17.5. Contingências:** Em 31/12/2017 e 2016, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

| Descrição    | 2017          | 2016          |
|--------------|---------------|---------------|
| Fiscais      | 65.576        | 61.324        |
| Cíveis       | 1.027         | 246           |
| Trabalhistas | 1.383         | 143           |
| <b>Total</b> | <b>67.986</b> | <b>61.713</b> |

Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos fiscais, o montante provisionado de R\$30.327 (R\$28.115 em 2016) refere-se a obrigações legais.

**18. Patrimônio líquido:** **18.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2017 e 2016 é de R\$227.551, dividido em 29.630.262 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas.

**18.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reservas de capital, exceder 30% do capital social.

**18.3. Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas.

**18.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos

a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

**18.5. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 29/03/2017, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendo obrigatório no montante de R\$4.401, ao qual foi imputado o dividendo intermediário declarado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29/09/2016. O Conselho de Administração aprovou em 29/08/2017 a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$30.000 com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 31/07/2017, à razão de R\$1,01 (em reais) por ação, pago aos acionistas em 30/08/2017.

**18.6. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2017 e 2016, a distribuição de resultados é a seguinte:

| Descrição  | 2017           | 2016          |
|--|----------------|---------------|
| <b>Lucro antes dos impostos e participações</b>                                      | <b>955</b>     | <b>35.780</b> |
| ( - ) Impostos e contribuições   | (604)          | (14.799)      |
| ( - ) Participações  | (2.982)        | (2.449)       |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  | <b>(2.631)</b> | <b>18.532</b> |
| ( - ) Constituição da reserva legal (5%)   | –              | (927)         |
| <b>Lucro líquido ajustado</b>  | <b>(2.631)</b> | <b>17.605</b> |
| <b>Dividendos obrigatórios</b>   |                |               |
| <b>25% do Lucro líquido ajustado</b>   | <b>–</b>       | <b>4.401</b>  |
| <b>( - ) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios</b> | <b>–</b>       | <b>4.401</b>  |
| <b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>                                   | <b>–</b>       | <b>–</b>      |
| <b>Absorção do prejuízo pela reserva estatutária</b>                                 | <b>(2.631)</b> | <b>–</b>      |
| <b>Destinação:</b>   |                |               |
| <b>Constituição de reserva estatutária</b>   | <b>–</b>       | <b>13.204</b> |

**19. Detalhamento das contas de resultado:** **19.1. Principais ramos de atuação:**

|   | 2017           | 2016             |                   |                |                  |                   |
|---|----------------|------------------|-------------------|----------------|------------------|-------------------|
| Descrição                                 | Prêmios Ganhos | Sinistra- lidade | Comissio- namento | Prêmios Ganhos | Sinistra- lidade | Comissio- namento |
| Vida                                      | 222.879        | 68,40%           | 19,40%            | 218.873        | 51,40%           | 18,70%            |
| Acidentes pessoais                        | 138.118        | 28,20%           | 39,00%            | 121.775        | 29,60%           | 39,80%            |
| Prestamista (exceto Habitacional e Rural) | 35.078         | 27,10%           | 46,10%            | 35.993         | 27,10%           | 51,90%            |
| Outros                                    | 48.617         | 24,90%           | 12,80%            | 41.135         | 9,20%            | 11,20%            |
| <b>Total</b>                              | <b>444.692</b> |                  |                   | <b>417.776</b> |                  |                   |

**19.2. Sinistros ocorridos:**

| Descrição   | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|
| Sinistros   | (242.428)        | (165.077)        |
| Despesas com benefícios                                 | (2.692)          | (1.906)          |
| Recuperação de sinistros                                | 1.217            | 2.943            |
| <b>Variação de sinistros ocorridos mas não avisados</b> | <b>30.811</b>    | <b>1.931</b>     |
| <b>Total</b>  | <b>(213.092)</b> | <b>(162.109)</b> |

**19.3. Custos de aquisição:**

| Descrição  | 2017             | 2016           |
|--|------------------|----------------|
| Sobre prêmios                                    | (125.752)        | (117.581)      |
| Sobre agenciamento                               | (2)              | (2.462)        |
| Sobre prêmios cancelados e restituídos           | 18.508           | 14.489         |
| Sobre prêmios cedidos                            | (58)             | 212            |
| Outros custos de comercialização                 | (6.917)          | (2.155)        |
| <b>Variação de custos de aquisição diferidos</b> | <b>(5.211)</b>   | <b>(4.454)</b> |
| <b>Total</b>                                     | <b>(119.432)</b> | <b>(</b>       |



continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

19.9. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido:  
O IRPJ e a CSLL de 31/12/2017 e 2016, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

|  | 2017             |                     | 2016             |                     |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| Descrição  | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações | 955              | 955                 | 35.780           | 35.780              |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais                       | (239)            | (191)               | (8.945)          | (7.156)             |
| Alíquota nominal   | 25%              | 20%                 | 25%              | 20%                 |
| Correntes:   |                  |                     |                  |                     |
| Adições:   |                  |                     |                  |                     |
| Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais   | (708)            | (567)               | (5.153)          | (4.123)             |
| Provisão para redução ao valor recuperável de créditos   | —                | —                   | (153)            | (122)               |
| Despesas inadotáveis   | (276)            | (210)               | (587)            | (295)               |
| Provisões não dedutíveis   | (247)            | (198)               | —                | —                   |
| Outras   | (1.044)          | (827)               | —                | —                   |
| Subtotal   | (2.275)          | (1.802)             | (5.893)          | (4.540)             |
| Exclusões:   |                  |                     |                  |                     |
| Reversão da redução ao valor recuperável de créditos tributários                               | 2.606            | 2.085               | —                | —                   |
| Reversão de provisões não dedutíveis   | —                | —                   | 456              | 365                 |
| Atualização de depósitos judiciais   | 2.023            | 1.618               | 2.804            | 2.243               |
| Reversão da provisão sobre participações nos lucros  | 765              | 612                 | 610              | 488                 |
| Outras   | —                | —                   | 729              | 560                 |
| Subtotal   | 5.394            | 4.315               | 4.599            | 3.656               |
| Prejuízo fiscal e base negativa:   |                  |                     |                  |                     |
| Constituições  | (2.880)          | (2.314)             | —                | —                   |
| Compensações   | —                | —                   | 3.030            | 2.372               |
| Subtotal   | (2.880)          | (2.314)             | 3.030            | 2.372               |
| Redução de incentivos fiscais  | —                | —                   | 509              | —                   |
| Receitas / (despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente                      | —                | 8                   | (6.700)          | (5.668)             |

2017

2016

| Descrição   | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| Constituição/ (reversão) - crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa     | 2.894            | 2.326               | (3.103)          | (2.429)             |
| Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre diferenças temporárias       | (1.294)          | (2.748)             | 4.043            | 1.367               |
| Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais                       | (1.401)          | (841)               | (2.773)          | (1.664)             |
| Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre redução ao valor recuperável | (377)            | 829                 | 950              | 1.178               |
| Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido                      | (178)            | (434)               | (883)            | (1.548)             |
| Despesas com imposto de renda e contribuição social                               | (178)            | (426)               | (7.583)          | (7.216)             |
| Alíquota efetiva  | 18,64%           | 44,61%              | 21,19%           | 20,17%              |
| Alíquota efetiva combinada  | 63,25%           |                     | 41,36%           |                     |

20. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

| Descrição           | Ativos financeiros disponíveis para venda | Plano de pensão de benefício definido | Total   |
|---------------------|---|---------------------------------------|---------|
| Base de cálculo     | 9.742                                     | (81)                                  | 9.661   |
| Imposto de renda    | (2.436)                                   | 20                                    | (2.416) |
| Contribuição social | (1.481)                                   | 12                                    | (1.469) |
| Total               | (3.917)                                   | 32                                    | (3.885) |
| Líquido             | 5.825                                     | (49)                                  | 5.776   |

| Descrição           | Ativos financeiros disponíveis para venda | Plano de pensão de benefício definido | Total   |
|---------------------|---|---------------------------------------|---------|
| Base de cálculo     | 10.072                                    | 45                                    | 10.117  |
| Imposto de renda    | (2.518)                                   | (11)                                  | (2.529) |
| Contribuição social | (1.500)                                   | (7)                                   | (1.507) |
| Total               | (4.018)                                   | (18)                                  | (4.036) |
| Líquido             | 6.054                                     | 27                                    | 6.081   |

Conselho de Administração:

Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. Conselheiros: Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho.

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho.

Diretores Vice-Presidentes: Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Marcelo Pimentel Mello; Marco Antonio Antunes da Silva; Matias Antonio Romano de Ávila; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos.

Diretores(as): Alessandra Maia Marinho Basile; André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Fabiane Reschke; Fabiano Lima; Gabriel Antoine de Ségur de Charbonnières; Gilson Bochernitsan; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; e Solange Zaquem Thompson Motta.

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. Atuária: Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, até a presente data:

- Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê;
- Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da

Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia;

- Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio;
- e
- Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, considerando-

as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP.

2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018. Domingos Carelli Neto - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; e Renato Russo - Membro.

Parecer do Atuarário Independente

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência,

nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e, ainda, apresentar uma situação patrimonial e expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP.

**Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi

Contador

CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte